



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22.407/2025-D

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS HÍBRIDOS PLUG-IN
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 22.407/2025-D
DATA E HORA DO PREGÃO: 15/05/2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
SESSÃO PÚBLICA: www.compras.gov.br
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço Unitário
MODO DE DISPUTA: Aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim
TIPODE LICITAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA / COTA RESERVADA DE 25% PARA ME E EPP
UASG de atuação: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP

PREÂMBULO

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, por intermédio da **Secretaria de Assuntos de Segurança Pública**, torna público, a quem possa interessar, que realizará, no **dia 15 de maio de 2026, às 09h30min (horário oficial de Brasília-DF)**, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), UASG nº 986921, LICITAÇÃO sob na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS HÍBRIDOS PLUG-IN**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decretos Municipais nº 7929/2023 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8152&Acao=busca), nº 7843/2023 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8019&Acao=busca), nº 6238/2017 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5379&Acao=busca), nº 6434/2018 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5671&Acao=busca) e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ATENÇÃO QUANTO A POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO ITEM 15.1., SOB PENA DE SOFRER A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONFORME PREVISTO NOS ITENS 15.2 A 15.15.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Licitação a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS HÍBRIDOS PLUG-IN**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em cumprimento ao artigo 48, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, o objeto será dividido em cota principal e cota reservada à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, no limite máximo de até 25% (vinte e cinco) do objeto, conforme o detalhamento constante do Termo de Referência (**ANEXO I**).

1.3.1. A cota principal e reservada será licitada pela Unidade Compradora de forma simultânea e independente.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

1.3.2. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota de ampla concorrência, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado;

1.3.3. Se a mesma pessoa jurídica vencer a cota reservada e a cota de ampla concorrência, a contratação do objeto será pelo menor valor obtido na licitação.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº.

SECRETARIA	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE
SEASP	04.02.00/06.181.8003.2367/4.4.90.52.52	MUNICIPAL

3.2. O valor estimado da contratação é de **R\$ 3.435.000,00 (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil reais).**

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Os itens 1,2,3 e 5 são destinados à **AMPLA CONCORRÊNCIA** (conforme **Anexo I**).

4.6. O item 4 é destinado à **COTA RESERVADA** para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (conforme **Anexo I**).

4.7. A licitação não terá itens para a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

4.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.9. Não poderão disputar esta licitação:

4.9.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.9.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.9.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.9.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.9.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.9.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.9.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.9.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.9.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.9.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

4.9.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4.9.12. Sociedades Cooperativas.

4.10. O impedimento de que trata o item **4.9.4.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.9.2.** e **4.9.3.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

4.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.13. O disposto nos itens **4.9.2. e 4.9.3.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.15. A vedação de que trata o item **4.9.8.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.16. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicado no Preâmbulo deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **9.1.1. e 9.9.1** deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **5.4** ou **5.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. A licitante deverá apresentar Declaração de parentesco, conforme modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

5.9. As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.

5.10. Na hipótese de não constar prazo de validade nas PROCURAÇÕES apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 06 (seis) meses, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.

5.11. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

5.12. Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).

5.13. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.14. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.15. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.16. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.16.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.16.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.17.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.17.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

5.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.17. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.19. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.20. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.21. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

5.22. Os requisitos de habilitação e qualificação técnica se encontram no Anexo I – Termo de Referência.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário ou desconto;

6.1.2. Marca/fabricante;

6.1.3. Declarar a marca em campo próprio do sistema ao cadastrar a proposta

6.2. O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

6.9. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **7.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento), previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2.2. Empresas brasileiras;

7.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22.2.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

7.23.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, em até duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **4.9.** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados>);

c) Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>)

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item **5.6.** deste edital.

8.6. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação no edital.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

8.6.1. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. Contiver vício insanável;

8.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. Apresentar preços inexequíveis, conforme §4º art. 59 da Lei nº 14.133/2021, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável

8.7.6. Caso o Termo de Referência conste a obrigatoriedade de declarar marca, o licitante apenas o fizer no momento do envio da proposta.

8.7.6.1. Ao encaminhar a proposta com o valor negociado e aceito, não mantenha a mesma marca cadastrada inicialmente no sistema

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4. Os documentos eletrônicos de habilitação produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

9.4.1. No caso dos documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto no item **9.4.**, deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da Administração ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº. 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, em prazo fixado na Sessão Pública, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

9.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **9.9.1.**

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.15. As Microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição:

a) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea "a" deste subitem, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

9.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

10.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

10.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular **impugnações** contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do endereço eletrônico : sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

10.4. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

a) Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;

b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

10.5. Caberá ao Pregoeiro se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.6. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

10.7. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

10.8. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

10.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.11. As respostas das impugnações serão publicadas somente no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br> e Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. A atualização periódica dos preços registrados será através de índices oficiais.

11.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

11.9.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.4.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.4.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços

13 . DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

13.2. A Autorização de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.2.1. referida Autorização está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

13.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

13.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14. DOS RECURSOS



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Presidente Kennedy nº 9.000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

15.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.5. Fraudar a licitação;

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

15.2. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulos XXVIII e XXIX do Decreto Municipal nº 7929/2023.

15.3. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.3.1. Advertência;

15.3.2. Multa;

15.3.3. Impedimento de licitar e contratar; e

15.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.4.1. Na natureza e a gravidade da infração cometida.

15.4.2. As peculiaridades do caso concreto



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

15.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.5.1. Para as infrações previstas nos itens **15.1.1., 15.1.2. e 15.1.3.,** a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

15.5.2. Para as infrações previstas nos itens **15.1.4., 15.1.5., 15.1.6., 15.1.7. e 15.1.8.,** a multa será de 25% do valor do contrato licitado.

15.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **15.1.1., 15.1.2. e 15.1.3.,** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **15.1.4., 15.1.5., 15.1.6., 15.1.7. e 15.1.8.,** bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **15.1.1., 15.1.2. e 15.1.3.,** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

15.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

15.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

15.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.6. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.8. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

16.9. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.10. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

16.11. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.12. O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

16.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.14. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas as unidades competentes.

16.15. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

16.16. A participação neste Pregão Eletrônico implica na aceitação integral e irrevogável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

16.17. As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

16.18. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados somente nos sítios eletrônicos da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>

16.19. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

16.20. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2.021.

16.21. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

16.22. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.23. O Edital e seus anexos, poderá ser obtido através do site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>.

16.24. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

17. DOS ANEXOS

17.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.1.1. ANEXO I - Termo de Referência

17.1.1.1. 1º Apêndice do Anexo I - Condições Gerais

17.1.1.2. 2º Apêndice do Anexo I - Especificações Técnicas e Adaptações

17.1.1.2. 3º Apêndice do Anexo I - Ilustrações e Adaptações – Viaturas Canil

17.1.1.2. 4º Apêndice do Anexo I - Ilustrações de Layouts - (Layout Canil, Romu e Comando)

17.1.1.2. 5º Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

- 17.1.2. ANEXO II** – Planilha Proposta
- 17.1.3. ANEXO III** - Declaração de Parentesco
- 17.1.4. ANEXO IV** – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 17.1.5. ANEXO V** – Minuta de Termo de Contrato

Praia Grande, 28 de abril de 2026.

MAURICIO VIEIRA IZUMI
Secretário Municipal de Assuntos de Segurança Pública



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

ANEXO I - Termo de Referência

Departamento de Administração
Divisão de Controle e Gerenciamento da Frota

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS HÍBRIDOS PLUG-IN PARA A SECRETARIA DE ASSUNTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA APLICADOS NA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO 22.407/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Este Termo de Referência estabelece as condições para a aquisição de veículos híbridos, por meio do sistema de registro de preços, para atender às necessidades da Guarda Civil Municipal de Praia Grande. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/21 e demais legislações pertinentes.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	CATMAT	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor preta; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70 km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600 mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. GABINETE.	02	484735	R\$ 339.500,00	R\$ 679.000,00
2	Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70 km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600 mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. CANIL.	02	484735	R\$ 344.500,00	R\$ 689.000,00
3	Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70 km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600 mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. ROMU.	05	484735	R\$ 344.500,00	R\$ 1.722.500,00
4	Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor branca; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70 km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600 mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. COMANDO.	01	484735	R\$ 344.500,00	R\$ 344.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 3.435.000,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, conforme art. 20 da NLLC.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

1.3. O objeto é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do ETP e o contido no corpo do presente.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.4.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

1.4.2. Decorrido o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a variação do índice IPCA/IBGE – Índice de Preços do Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente à época, observada a legislação federal em vigor.

1.5. Havendo divergência entre o descritivo disponível no Compras.gov e o contido no presente termo de referência, prevalecerá o deste último.

1.6. O termo de ata e contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Assim como dissemos quando da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, a modernização e ampliação da frota da Guarda Civil Municipal se fazem imprescindíveis para garantir a eficiência e a continuidade das ações de patrulhamento, prevenção e resposta rápida às ocorrências de segurança pública no município. A crescente demanda por serviços da GCM, decorrente da expansão urbana e populacional, exige veículos mais eficientes, confiáveis e ambientalmente sustentáveis.

A substituição gradativa da atual frota por veículos com tecnologia híbrida visa, além da renovação necessária, a redução de custos operacionais com combustível e manutenção, bem como a diminuição da emissão de gases poluentes, em consonância com as políticas públicas de sustentabilidade e com os compromissos ambientais assumidos pela Administração Municipal.

A adoção do sistema de registro de preços proporciona maior flexibilidade administrativa, permitindo aquisições conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária, além de garantir economia de escala, padronização da frota e agilidade no atendimento das demandas da GCM. A medida evita o desabastecimento e permite planejamento mais eficiente das futuras compras.

A busca por soluções inovadoras no âmbito Municipal, alinhada com as questões ambientais, foi determinada por intermédio da Ordem de Serviço GP/SEAD N°. 59/2025.

2.2. O objeto da contratação está previsto na Lei Orçamentária Anual, bem como no Plano de Contratações Anual 2026 publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas, sob n°. Id pca PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2026>.

Id do item no PCA	Classe/Grupo
-------------------	--------------



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

5

57 - Fornecimento de Veículo, Caminhões e Máquinas

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, a qual reproduzimos a seguir.

3.2. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa, objetivando formalização de ata de registro de preços para fornecimento de veículos híbridos para aplicação na Guarda Civil Municipal. Para a persecução dos objetivos da Administração, as aquisições se darão por meio de **sistema de registro de preços**, garantindo padronização da frota, economia de escala e atendimento gradual conforme as necessidades das unidades. A aquisição contempla veículos com ampla autonomia, garantia, atendimento técnico nacional e documentação completa para fins de registro junto ao Detran, que será de responsabilidade da Administração.

3.3 O descritivo dos veículos, conta com a seguinte caracterização:

3.3.1 GABINETE

- a) Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior;
- b) quatro portas laterais;
- c) capacidade para transportar cinco pessoas;
- d) cor preta;
- e) Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina;
- f) Motor elétrico com autonomia mínima de 70 km (INMETRO);
- g) Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320 cv;
- h) Comprimento mínimo 4600mm;
- i) Porta malas capacidade mínima 550 litros;
- j) Adaptações conforme indicado no apêndice - veículos **GABINETE**;
- k) Caracterização com adesivagem indicada no apêndice.

3.3.2 CANIL

- a) Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior;
- b) quatro portas laterais;
- c) capacidade para transportar cinco pessoas;
- d) cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout;
- e) Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina;
- f) Motor elétrico com autonomia mínima de 70 km (INMETRO);
- g) Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320 cv;
- h) Comprimento mínimo 4600mm;
- i) Porta malas capacidade mínima 550 litros;
- j) Adaptações conforme indicado no apêndice - veículos **CANIL**;
- k) Caracterização com adesivagem indicada no apêndice.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

3.3.3 ROMU

- a) Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior;
- b) quatro portas laterais;
- c) capacidade para transportar cinco pessoas;
- d) cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout;
- e) Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina;
- f) Motor elétrico com autonomia mínima de 70 km (INMETRO);
- g) Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320 cv;
- h) Comprimento mínimo 4600mm;
- i) Porta malas capacidade mínima 550 litros;
- j) Adaptações conforme indicado no apêndice - veículos **ROMU**;
- k) Caracterização com adesivagem indicada no apêndice.

3.3.4 COMANDO

- a) Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior;
- b) quatro portas laterais;
- c) capacidade para transportar cinco pessoas;
- d) cor branca;
- e) Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina;
- f) Motor elétrico com autonomia mínima de 70 km (INMETRO);
- g) Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320 cv;
- h) Comprimento mínimo 4600mm;
- i) Porta malas capacidade mínima 550 litros;
- j) Adaptações conforme indicado no apêndice - veículos **COMANDO**;
- k) Caracterização com adesivagem indicada no apêndice.

3.4. Das obrigações da contratada

- a) A contratada deverá entregar os veículos no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do contrato. A entrega deverá ser realizada na sede da Guarda Civil Municipal, localizada na Avenida Ministro Marcos Freire, 6660, Jardim Quietude, Praia Grande.
- b) Os veículos deverão ser entregues em perfeito estado para uso, e de acordo com as especificações do edital.
- c) Todos os veículos deverão ser entregues com os respectivos documentos originais, viabilizando o emplacamento e registro junto ao Detran que será de responsabilidade da Administração, bem como relação de concessionárias/oficinas credenciadas, na Baixada Santista, onde serão realizadas as revisões de garantia e com duas chaves, sendo uma chave original e uma cópia/reserva.
- d) Todos os veículos deverão ser entregues com carregadores.
- e) No ato do recebimento dos veículos, contratante e contratada realizarão vistoria de entrega, apurando suas condições.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

- f) Verificada a incompatibilidade entre os veículos entregues e as exigências do edital, a contratada fica obrigada a substituir o veículo automaticamente, sem qualquer ônus para a contratante, respeitando o prazo total de entrega.
- g) Todos os veículos deverão ser adesivados em material PVC (vinil adesivo) com cola acrílica à base d'água, conforme especificações inseridas nos autos, salvo aqueles que por indicação da contratante não devam receber caracterização. Os layouts de adesivagem farão parte integrante do edital e podem sofrer alterações. Por esta razão, antes da plotagem, a contratada deverá consultar o Município.
- h) O objeto a ser licitado será adquirido por intermédio de registro de preços. O termo de ata terá duração de 12 meses, podendo ser prorrogado na forma da lei.
- i) Os veículos são considerados comuns, não raros ou de luxo, com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

3.5. Da garantia

A contratada será responsável pela garantia mínima de 8 anos para o sistema de propulsão elétrica (bateria) e 2 anos para o veículo completo.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Critérios de sustentabilidade

A exigência de motorização híbrida atende aos critérios de sustentabilidade, possibilitando ao veículo o uso de fontes energéticas menos poluentes, em alinhamento com as prioridades do Governo Federal. Os impactos ambientais são positivos, ao reduzir a emissão de poluentes e resíduos de manutenção.

4.2. Indicação de marca ou modelo

4.2.1. De acordo com o art. 41, I, d da NLLC, para fins de que a descrição do objeto a ser licitado possa ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo, indicamos apenas como referência, o veículo modelo: **GWM HAVAL H6 PHEV 19**.

4.3. Da exigência de amostra

Não serão exigidas amostras no procedimento licitatório.

4.4. Subcontratação

Para as parcelas correspondentes aos serviços de plotagem e demais adaptações, a subcontratação poderá ser autorizada, desde que a empresa contratada assegure a execução dos serviços dentro dos prazos estabelecidos e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

4.5. Garantia da contratação

Não será exigida garantia da contratação em razão da baixa complexidade e o cotejo com o Mapa de Riscos elaborado e juntado nos autos. Entendemos que a exigência de garantia poderá ser dispensada, ampliando a competitividade no certame.

4.6. Da contratação

- a) Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o termo de ata/contrato.
- b) A empresa vencedora, após a homologação, será convocada para assinar o respectivo termo de ata/contrato com o Município da Estância Balneária de Praia Grande no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da convocação.
- c) Constitui condição para a assinatura do contrato:
 - a. Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial;
 - b. Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- d) O termo de ata/contrato deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade.
- e) O Prazo para assinatura do termo de ata/contrato poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 05 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- f) No ato da assinatura do termo de ata/contrato a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado.
- g) A Minuta do termo de ata/contrato a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante do Edital, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

4.7. Da rescisão



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

4.7.1. O não cumprimento das obrigações assumidas autorizam o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o contrato/termo de ata, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.7.2. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo para entrega dos veículos é de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do contrato/emissão da autorização de fornecimento, com entrega dos veículos nos moldes previstos no edital e seus anexos.

5.2. Os veículos deverão ser entregues na sede da Guarda Civil Municipal, situada na Avenida Ministro Marcos Freire, 6660, Jardim Quietude, Praia Grande.

5.3. A empresa detentora deverá oferecer, às suas expensas, garantia de no mínimo 8 anos para o sistema de propulsão elétrica (bateria), e 2 anos para o veículo completo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O termo de ata/contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do termo de ata/contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de ata/contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. (Lei nº 14.133/21, art. 117, caput)

- a) O fiscal técnico será responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços e apoio operacional que se fizer necessário a cada visita;
- b) O fiscal administrativo será responsável por receber e validar as documentações relativas ao contrato, como: relatórios, notas fiscais e demais documentos, e também a condução dos trâmites de pagamento;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

- c) O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento dos serviços executados pelo fiscal técnico e administrativo, autorizar a remessa de notas fiscais para pagamento, gerir os prazos estabelecidos contratualmente para questão da execução como um todo.

6.7. Sanções e infrações administrativas:

6.7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

6.7.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b) a d) do subitem 6.7.1 deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e) a h) do subitem 6.7.1 deste Termo de Referência, bem como nas alíneas b a d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.2.4. Multa:

- a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

- c) Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

6.7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.4. Todas as sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;
- e) Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.8. A personalidade jurídica do contratado/detentor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado/detentor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.9. O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato/termo de ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades, observado o prazo total de entrega dos veículos de 90 (noventa) dias.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3.1. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada pela comprovação da regularidade fiscal constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

7.4 Forma e prazo de pagamento

7.4.1. O prazo para pagamento é de 30 dias, a contar do ateste em nota.

7.4.2. As documentações relativas ao pagamento deverão ser apresentadas de forma digital, preferencialmente, sendo:

- a) Primeira via da Nota Fiscal ou Fatura.
- b) Caso Optante pelo Simples Nacional, apresentação da declaração constante no Anexo II do Decreto Municipal nº 7879;

7.4.3. O pagamento será efetuado por transferência bancária em conta indicada pela Contratada.

- a) A contratada será a única responsável pela identificação dos pagamentos, não competindo à Administração a obrigatoriedade do envio de comprovantes para que lhe seja garantida a devida quitação.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

7.4.4. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA – IBGE vigente à época ou outra que legalmente o substitua ou represente, calculado pro rata die.

8. DA FORMA DE SELEÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.1.1. O fornecimento do objeto será parcelado, de acordo com a demanda da Administração.

8.2. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1. Habilitação jurídica

8.2.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

8.2.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.2.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

8.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.2.4. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.2.6. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.2.7. Prova da inexistência de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa, emitida pelo órgão estadual competente, da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

8.2.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.2.10. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.2.3. Qualificação econômico financeira

8.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.2.4. Qualificação Técnica

- a) Atestado ou certidão, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em característica com o objeto da licitação, em qualquer quantidade.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

- b) O atestado deverá ser apresentado em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado por autoridade ou representante de quem o expediu, com a devida identificação.

8.2.5. Participação de cooperativas

8.2.5.1. Considerando o objeto da presente licitação, a participação de cooperativas pode apresentar riscos à qualidade da execução, tendo em vista que, em sua estrutura, os associados atuam com objetivo de autoajuda, sem fins lucrativos, podendo afetar a competitividade e isonomia no certame. No caso da licitação em tela, é imprescindível que a contratada tenha condições estruturais, capacidade de lucro para que possa realizar as entregas de forma eficiente e sustentável tanto no início – garantindo a entrega dos veículos no prazo estabelecido, quanto ao longo da execução contratual, nos casos das aquisições parceladas. Assim, a vedação visa garantir que o procedimento seja conduzido de forma adequada, com igualdade de condições e sem comprometimento da qualidade das aquisições que a Administração Pública pretende.

8.2.6. Participação de consórcios

8.2.6.1. Não será admitida a participação de consórcios de empresas, já que a presente contratação não é de alta complexidade técnica. Assim, a participação de consórcios tende a diminuir a competitividade na medida em que empresas que poderiam participar isoladamente na licitação, passam a associar-se em consórcio a fim de obter proveito econômico em detrimento da redução da disputa.

8.2.7. Forma de adjudicação.

Menor valor por item.

8.2.8. Critério de julgamento das propostas

O critério de julgamento será o de **menor valor por item**.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Foram consultados portais de compras governamentais, inserida consulta pública de preços no sítio do Município buscando obter orçamentos de referência de empresas do ramo.

9.2. A primeira fonte de consulta não retornou bons resultados eis que, ao analisar as contratações realizadas por outros órgãos, observa-se que realizam contratações em sua grande maioria na modalidade de contratação de serviços de locação. Não vislumbramos aquisições de veículos similares aos do presente.

9.3. A segunda fonte de pesquisa retornou orçamentos de referência, cumprindo assim o critério de elaboração de estimativa previsto no inciso V, art. 36, do Decreto Municipal nº. 7.929/2023 que regulamentou a NLLC na esfera do Município, combinado com o §6º. , conforme manifestação nos autos.

9.4. Superadas tais notas explicativas, e de acordo com a instrução processual nos autos de número epigrafado, juntada de e-mail e dos orçamentos apresentados, a estimativa de preço total da licitação



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

corresponde à importância de **R\$ 3.435.000,00 (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil reais)**.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão às contas de recursos elencados no quadro abaixo.

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
SEASP	04.02.00/06.181.8003.2367/4.4.90.52.52	01

AMAURO DA SILVA SANTOS
Diretor do Departamento de Administração

ALMIR ROGÉRIO DA SILVA
Chefe de Gestão da Frota - SEASP



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

1º APÊNDICE DO ANEXO I – CONDIÇÕES GERAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE FORNECIMENTO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	QTD.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Veículo SUV híbrido plug-in – GABINETE (cor preta, adaptações conforme TR).	unidade	Ampla concorrência	484735	2	R\$ 339.500,00	R\$ 679.000,00
2	Veículo SUV híbrido plug-in – CANIL (cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout, com habitáculo para cão).	unidade	Ampla concorrência	484735	2	R\$ 344.500,00	R\$ 689.000,00
3	Veículo SUV híbrido plug-in – ROMU (cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout, com adaptações operacionais).	unidade	Ampla concorrência	484735	4	R\$ 344.500,00	R\$ 1.378.000,00
4	Veículo SUV híbrido plug-in – ROMU (cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout, com adaptações operacionais).	unidade	Cota reservada ME/EPP	484735	1	R\$ 344.500,00	R\$ 344.500,00



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE FORNECIMENTO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	QTD.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
5	Veículo SUV híbrido plug-in – COMANDO (cor branca, com adaptações).	unidade	Ampla concorrência	484735	1	R\$ 344.500,00	R\$ 344.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					10		R\$ 3.435.000,00



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS HÍBRIDOS PLUG-IN PARA A SECRETARIA DE ASSUNTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA APLICADOS NA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

2º APÊNDICE DO ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ADAPTAÇÕES

1. VEÍCULO SUV HÍBRIDO – GABINETE (2 unidades)

1.1. Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor preta; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70 km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600 mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. GABINETE.

1.2. GRAFISMO

1.2.1. Veículo descaracterizado para emprego em serviços do Secretário e Segurança GP.

1.3. SINALIZAÇÃO LUMINOSA DE EMERGÊNCIA

1.3.1. Compreende todo o sistema de luzes de emergência, sirene multifuncional e megafone, funcionamento, disposição no veículo, e modo de funcionamento.

1.3.2. Luzes de Emergência ou Sinalização Visual Auxiliar:

1.3.2.1. Externa dianteira: Instaladas na grade frontal, de forma “dissimulada” (oculta), sendo composto por no mínimo 2 (dois) blocos óticos, com no mínimo 12 LEDs cada, sendo 06 (seis) leds na cor vermelha do lado do motorista e 06 (seis) leds na cor azul instalados no lado do passageiro, com LEDs de no mínimo 3W de potência cada, com lente injetada na cor fumê, instalada na posição horizontal, com flash sequencial ou intermitente. A carcaça dos sinalizadores deve ser confeccionada em cor escura, a cor deve ser compatível com a frente do veículo. Os LEDs devem piscar de forma alternada, nunca devendo piscar as cores vermelho e azul de maneira simultânea. Deverá ser conectado à Sirene-Amplificador - controladora e acionada pelo módulo de controle concomitantemente com a sirene ou somente as luzes intermitentes sem acionamento da sirene.

1.3.2.2. Interna traseira: instalados na parte traseira do veículo, do tipo mini sinalizador interno para uso velado, com ótica de refração, discreto, sendo no mínimo 12 (doze) leds na cor vermelha do (lado do motorista) e 12 (doze) leds na cor azul do (lado passageiro), composto por módulos com no mínimo 03 (três) LEDs cada, de no mínimo 3W de potência cada LED, lente



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

injetada na cor fumê, com efeitos luminosos alternados e exclusivos entre as cores. Deverá ser fixado no tampão do portamalas, de forma dissimulada e camuflada, com pintura e acabamento conforme material do teto ou do tampão do interior do veículo. O conjunto deverá ser instalado de forma que não seja notado de fora para dentro e seu acabamento seja imperceptível no interior da viatura, e de forma que a luminosidade do produto não seja refletida para o interior do veículo e não atrapalhe o condutor ou ocupantes da viatura. Os módulos deverão ser conectados à sirene-amplificador- controladora e acionados através do módulo de controle de forma que o condutor possa ligar somente os efeitos luminosos ou acionar concomitantemente com a sirene.

1.4. SINALIZAÇÃO ACÚSTICA

- 1.4.1. Sirene eletrônica multifuncional composta de 01 (um) amplificador de 100 watts de potência RMS e unidade sonofletora única, com no mínimo 4 tons distintos, que deverá ser instalada na região do motor, gerando pressão sonora não inferior a 110 dB a 01 (um) metro de distância, sistema de megafone de 30W RMS.

1.5. CONTROLADOR

- 1.5.1. Deverá ser destacável para ser escondido quando necessário, fixado através de ímã no painel do veículo para ser manuseado pelo condutor, com cabo espiralado. Terá a finalidade de controlar todo o sistema de sinalização de emergência (acústico e visual). Deverá possuir no máximo 4 teclas de silicone, iluminadas com luzes de fundo, de forma a ser operado com facilidade pelo condutor ou passageiro.

1.6. REVESTIMENTO - CAPA DE BANCO

- 1.6.1. A ser aplicado sobre os bancos e encosto de cabeça originais de fábrica, confeccionado em courvin automotivo ou similar com reforço nas laterais do encosto, flexível e impermeável, que facilite a limpeza, dotado de pontos de resistência dos encostos e dos assentos, onde o armamento portado pelos GCMs mantém contato com o banco, cor preta ou conforme acabamento interno.

1.7. REVESTIMENTO - PISO

- 1.7.1. Confeccionado em PVC impermeável, de alta resistência não absorvente e lavável, cor preta, com espessura não inferior a 1,5 mm, a ser fixado por meio de velcro sobre toda a extensão da formação original existente no assoalho do veículo, a fim de protegê-lo totalmente.

1.8. TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

- 1.8.1. Disposições técnicas:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- 1.8.1.1. Todos os materiais empregados deverão possuir padrão automotivo, respeitando as normas vigentes;
- 1.8.1.2. Todos os chicotes, armações e fiações devem ser acondicionados e isolados a fim de evitar ferrugem e movimentos que possam resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos;
- 1.8.1.3. Todos os encaixes dos dispositivos eletrônicos e peças fixas devem ser à prova de corrosão e de intempéries;
- 1.8.1.4. Todas as aberturas que forem realizadas no veículo devem ser adequadamente calafetadas e todos os circuitos elétricos devem ser protegidos por fusíveis de proteção à corrente e de fácil remoção e acesso para inspeção e manutenção;
- 1.8.1.5. Bateria auxiliar com a mesma amperagem utilizada no veículo. Sistema de acoplamento com veículo ligado e desacoplamento com veículo desligado. Assim, com veículo desligado a bateria que deve ser consumida será exclusivamente a auxiliar preservando a original do veículo.

2. VEÍCULO SUV HÍBRIDO – CANIL (2 unidades)

- 2.1. Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70 km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600 mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. CANIL.

2.2. GRAFISMO

- 2.2.1. Conforme indicado no 4º Apêndice do Anexo I.

2.3. SINALIZAÇÃO LUMINOSA E ACÚSTICA DE EMERGÊNCIA

- 2.3.1. Sinalizador frontal principal do tipo barra em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteira instalada no teto da cabine do veículo. Estrutura da barra em ABS reforçado com alumínio extrudado, ou alumínio extrudado na cor preta, cúpula injetada em policarbonato na cor cristal, resistente a impactos e descoloração, com tratamento UV, conforme descritivo a seguir:
 - 2.3.1.1. Voltagem 12 VCC;
 - 2.3.1.2. Cúpula Cristal;
 - 2.3.1.3. 07 Módulos Led 4x1 3W Rubi;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- 2.3.1.4. 07 Módulos Led 4x1 3W Azul
- 2.3.1.5. Dimensão: 43”;
- 2.3.1.6. Tecnologia SMD microcontrolada;
- 2.3.1.7. Conjunto Sonofletor 100W RMS;
- 2.3.1.8. Amplificador 100W 12 vcc;
- 2.3.1.9. Controlador remoto ergonômico de 12 teclas e microfone embutido com PTT;
- 2.3.1.10. Potência sonora: 122dB;

2.3.2. Sinalizadores auxiliares do tipo linear

- 2.3.2.1. 2 pares composto por 2 sinalizadores de 6 leds na cor rubi e 2 sinalizadores de 6 leds na cor azul, instalados na grade dianteira do veículo. Cada led deve ter potência mínima de 3W.
 - 2.3.2.2. 1 par composto por 1 sinalizador de 6 leds na cor rubi e 1 sinalizador de 6 leds na cor azul, instalado na parte traseira (porta malas). Cada led deve ter potência mínima de 3W.
- 2.3.3. Os comandos de toda a sinalização visual e acústica deverão estar localizados em painel único, na cabine do motorista, permitindo sua operação por ambos os ocupantes da cabine.

2.4. ADAPTAÇÃO

- 2.4.1. **Para-choque:** de impulsão dianteiro e traseiro com proteção de faróis e lanternas, confeccionados em chapas e tubos de aço carbono, fixados nas furações originais do veículo, que tem como objetivo auxiliar em operações táticas e proteger partes do acabamento.
- 2.4.2. **Estribos laterais:** formados por 2 peças construídas em perfil interno de aço extrudado, contendo estrutura antiderrapante na parte superior, que deverão ser instaladas sob as portas laterais do veículo, ocupando todo o espaço entre as caixas das rodas dianteiras e traseiras, com capacidade para suportar até 160Kg em cada uma das peças. Os estribos deverão projetar-se lateralmente, com o alinhamento das caixas de roda, definindo-se o tamanho na aprovação do protótipo, devendo ser na cor preta.
- 2.4.3. **Suporte para armamento:** a ser instalado no alinhamento central entre os bancos dianteiros e desses ao banco traseiro, sem impedir a utilização desse por 3 ocupantes, com capacidade para acomodar até 3 armas portáteis, do tipo metralhadora, carabina, espingarda ou fuzil, que serão



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

definidas durante avaliação do protótipo;

2.4.4. Compartimento de detido: adaptado no compartimento de bagagens, composto por:

2.4.4.1. **Divisória:** a ser instalada transversalmente atrás do banco traseiro, do piso ao teto, com a finalidade de isolar os ocupantes do compartimento traseiro dos demais ocupantes do veículo, sem, contudo, diminuir o campo de visão do motorista, quando utilizar o espelho retrovisor; confeccionada em fibra ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno), ou similar, na parte inferior, e chapa de aço perfurada na parte superior com pintura eletrostática na cor do acabamento interno do veículo.

2.4.4.2. **Revestimento:** em peça inteira, confeccionada em fibra ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno) ou similar, a ser moldada e aplicada em toda a extensão da base do compartimento traseiro, prolongando-se nas laterais até o alinhamento dos vidros e integrando-se à parte inferior da divisória;

2.4.4.3. **Grades de proteção:** em chapa de aço perfurada protegendo todos os vidros (laterais e tampão) do compartimento traseiro.

2.4.5. Habitáculo para o cão: Deverá ocupar o lado direito do banco traseiro conforme croqui sem escala contido no 3º Apêndice do Anexo I. [Imagem 1: Croqui sem escala]

2.4.5.1. O habitáculo para o cão deverá ser confeccionado em chapas de alumínio liso na espessura de no mínimo 04 mm.

2.4.5.2. O comprimento do habitáculo deverá ter entre 1 a 1,10m;

2.4.5.3. A largura do habitáculo deverá ter entre 0,53 a 0,55m;

2.4.5.4. A altura do habitáculo deverá ter entre 0,80 a 0,83m;

2.4.5.5. O volume útil do habitáculo não poderá ser inferior a 0,50m³;

2.4.5.6. Na lateral esquerda do habitáculo, ou seja, na divisão entre o habitáculo e o assento do passageiro traseiro, deverá haver uma porta de correr, para acesso ao habitáculo;

2.4.5.7. A porta citada deverá ser confeccionada no mesmo material e espessura do habitáculo, devendo possuir as dimensões: largura: mínimo de 0,40m e altura: mínimo de 0,70 m;

2.4.5.8. A extremidade esquerda da porta deverá estar a no máximo 0,12 m da extremidade frontal do habitáculo, de forma que, quando for aberta, corra no lado externo do habitáculo, no sentido de frente para trás;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- 2.4.5.9. As paredes frontal, lateral esquerda, lateral direita e traseira, bem como a porta de correr deverão possuir, na parte superior, um sistema de visibilidade tipo gradil, com altura de 0,30 a 0,32m; [Imagem 2: Dimensões do habitáculo]
- 2.4.5.10. Toda a extensão do piso do habitáculo deverá ser revestida por borracha, ou material similar, antiderrapante, com espessura mínima de 1cm, que possa ser removido;
- 2.4.5.11. O teto do habitáculo deverá possuir dois orifícios um para comportar ponto de luz, com chave de acionamento individual e outro para entrada do ar proveniente do climatizador;
- 2.4.5.12. A área do teto poderá ser inferior a do piso, caso haja necessidade de adaptação da parte frontal do habitáculo ao banco do passageiro dianteiro;
- 2.4.5.13. O piso do habitáculo deverá possuir estrutura tubular de aço com, no mínimo, 1" de diâmetro e 2mm de espessura, com tratamento anticorrosão;
- 2.4.5.14. Deverá ser feito acabamento do mesmo material e espessura do habitáculo, com o fim de fazer ligação deste para a porta traseira direita, por onde o cão sairá, sendo que o tapete deverá ser sobreposto também ao piso desta adaptação;
- 2.4.5.15. A adaptação deverá ser dotada de acabamento de modo a cobrir a área entre o piso do habitáculo e o assoalho do veículo. [Imagem 3: Acabamento]
- 2.4.5.16. Se o veículo possuir diferença de altura entre o compartimento de carga e o assoalho do veículo, deverá ser feito um apoio metálico para estabilizar o habitáculo, com regulador de altura, semelhante ao da figura constante no 3º Apêndice do Anexo I. [Imagem 4: Adaptação para estabilização]
- 2.4.5.17. Na porta traseira direita do veículo, deverá ser feita as seguintes adaptações:
 - 2.4.5.17.1. Retirada do forro original para colocação de chapa de alumínio de espessura de no mínimo 3 mm;
 - 2.4.5.17.2. Instalação de grade de segurança em alumínio ou material similar, na parte interna da porta, em toda a extensão do vidro;
 - 2.4.5.17.3. O sistema deve permitir a abertura da porta manualmente, pelo lado de fora; [Imagem 5: Grade de segurança]



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

2.5. REVESTIMENTO - CAPA DE BANCO

- 2.5.1. A ser aplicado sobre os bancos e encosto de cabeça originais de fábrica, confeccionado em courvin automotivo ou similar com reforço nas laterais do encosto, flexível e impermeável, que facilite a limpeza, dotado de pontos de resistência dos encostos e dos assentos, onde o armamento portado pelos GCMs mantém contato com o banco, cor preta ou conforme acabamento interno.

2.6. REVESTIMENTO - PISO

- 2.6.1. Confeccionado em PVC impermeável, de alta resistência não absorvente e lavável, cor preta, com espessura não inferior a 1,5 mm, a ser fixado por meio de velcro sobre toda a extensão da formação original existente no assoalho do veículo, a fim de protegê-lo totalmente.

2.7. FAROL DE BUSCA EM LED

- 2.7.1. Silibim Tático 12V Foco Mão Policial, corpo em plástico ABS e lente em policarbonato. Potência de iluminação: lâmpada de 18.000 000 lumens, acionamento corrente 12V. Em LEDs com cabo de no mínimo 5m, com plug para utilizar na tomada 12V do veículo.

2.8. TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

- 2.8.1. Disposições técnicas:

- 2.8.1.1. Todos os materiais empregados deverão possuir padrão automotivo, respeitando as normas vigentes;
- 2.8.1.2. Todos os chicotes, armações e fiações devem ser acondicionados e isolados a fim de evitar ferrugem e movimentos que possam resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos;
- 2.8.1.3. Todos os encaixes dos dispositivos eletrônicos e peças fixas devem ser à prova de corrosão e de intempéries;
- 2.8.1.4. Todas as aberturas que forem realizadas no veículo devem ser adequadamente calafetadas e todos os circuitos elétricos devem ser protegidos por fusíveis de proteção à corrente e de fácil remoção e acesso para inspeção e manutenção;
- 2.8.1.5. Bateria auxiliar: com a mesma amperagem utilizada no veículo. Sistema de acoplamento com veículo ligado e desacoplamento com veículo desligado. Assim, com veículo desligado a bateria que deve ser consumida será exclusivamente a auxiliar preservando a original do veículo.

3. VEÍCULO SUV HÍBRIDO - ROMU (5 unidades)



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- 3.1.** Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70 km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600 mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. ROMU.

3.2. GRAFISMO

- 3.2.1. Conforme indicado no 4º Apêndice do Anexo I.

3.3. SINALIZAÇÃO LUMINOSA E ACÚSTICA DE EMERGÊNCIA

- 3.3.1. Sinalizador frontal principal do tipo barra em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteiriça, instalada no teto da cabine do veículo. Estrutura da barra em ABS reforçado com alumínio extrudado, ou alumínio extrudado na cor preta, cúpula injetada em policarbonato na cor cristal, resistente a impactos e descoloração, com tratamento UV, conforme descritivo:

- 3.3.1.1. Voltagem 12 VCC;
- 3.3.1.2. Cúpula Cristal;
- 3.3.1.3. 07 Módulos Led 4x1 3W Rubi;
- 3.3.1.4. 07 Módulos Led 4x1 3W Azul
- 3.3.1.5. Dimensão: 43";
- 3.3.1.6. Tecnologia SMD microcontrolada;
- 3.3.1.7. Conjunto Sonofletor 100W RMS;
- 3.3.1.8. Amplificador 100W 12 vcc;
- 3.3.1.9. Controlador remoto ergonômico de 12 teclas e microfone embutido com PTT;
- 3.3.1.10. Potência sonora: 122dB;

3.3.2. Sinalizadores auxiliares do tipo linear

- 3.3.2.1. 2 pares composto por 2 sinalizadores de 6 leds na cor rubi e 2 sinalizadores de 6 leds na cor azul, instalado na grade dianteira do veículo, cada led deve ter potência mínima de 3W.
- 3.3.2.2. 1 par composto por 1 sinalizador de 6 leds na cor rubi e 1 sinalizador de 6 leds na cor azul, instalado na parte traseira (porta



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

malas), cada led deve ter potência mínima de 3W.

- 3.3.3. Os comandos de toda a sinalização visual e acústica deverão estar localizados em painel único, na cabine do motorista, permitindo sua operação por ambos os ocupantes da cabine.

3.4. ADAPTAÇÃO

- 3.4.1. **Para-choque:** de impulsão dianteiro e traseiro com proteção de faróis e lanternas, confeccionados em chapas e tubos de aço carbono, fixados nas furações originais do veículo, que tem como objetivo auxiliar em operações táticas e proteger partes do acabamento.
- 3.4.2. **Estribos laterais:** Formado por 2 peças construídas em perfil interno de aço extrudado, contendo estrutura antiderrapante na parte superior, que deverão ser instaladas sob as portas laterais do veículo, ocupando todo o espaço entre as caixas das rodas dianteiras e traseiras, com capacidade para suportar até 160 Kg em cada uma das peças. Os estribos deverão projetar-se lateralmente, com o alinhamento das caixas de roda, definindo-se o tamanho na aprovação do protótipo, devendo ser na cor preta.
- 3.4.3. **Suporte para armamento:** a ser instalado no alinhamento central entre os bancos dianteiros e desses ao banco traseiro, sem impedir a utilização desse por 3 ocupantes, com capacidade para acomodar até 3 armas portáteis, do tipo metralhadora, carabina, espingarda ou fuzil, que serão definidas durante avaliação do protótipo;
- 3.4.4. **Compartimento de detido:** adaptado no compartimento de bagagens, composto por:
- 3.4.4.1. **Divisória:** a ser instalada transversalmente atrás do banco traseiro, do piso ao teto, com a finalidade de isolar os ocupantes do compartimento traseiro dos demais ocupantes do veículo, sem, contudo, diminuir o campo de visão do motorista quando utilizar o espelho retrovisor; confeccionada em fibra ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno), ou similar, na parte inferior, e chapa de aço perfurada na parte superior com pintura eletrostática na cor do acabamento interno do veículo.
- 3.4.4.2. **Revestimento:** em peça inteira, confeccionada em fibra ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno), ou similar, a ser moldada e aplicada em toda a extensão da base do compartimento traseiro, prolongando-se nas laterais até o alinhamento dos vidros e integrando-se à parte inferior da divisória;
- 3.4.4.3. **Grades de proteção:** em chapa de aço perfurada protegendo todos os vidros (laterais e tampão) do compartimento traseiro.

3.5. REVESTIMENTO - CAPA DE BANCO



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- 3.5.1. A ser aplicado sobre os bancos e encosto de cabeça originais de fábrica, confeccionado em courvin automotivo ou similar com reforço nas laterais do encosto, flexível e impermeável, que facilite a limpeza, dotado de pontos de resistência dos encostos e dos assentos, onde o armamento portado pelos GCMs mantém contato com o banco, cor preta ou conforme acabamento interno.

3.6. REVESTIMENTO - PISO

- 3.6.1. Confeccionado em PVC impermeável, de alta resistência não absorvente e lavável, cor preta, com espessura não inferior a 1,5mm, a ser fixado por meio de velcro sobre toda a extensão da formação original existente no assoalho do veículo, a fim de protegê-lo totalmente.

3.7. FAROL DE BUSCA EM LED

- 3.7.1. Silibim Tático 12V Foco Mão Policial, corpo em plástico ABS e lente em policarbonato. Potência de iluminação: lâmpada de 18.000 000 lumens, acionamento corrente 12V. Em LEDs com cabo de no mínimo 5m, com plug para utilizar na tomada 12V do veículo.

3.8. TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

- 3.8.1. Disposições técnicas:
- 3.8.1.1. Todos os materiais empregados deverão possuir padrão automotivo, respeitando as normas vigentes;
 - 3.8.1.2. Todos os chicotes, armações e fiações devem ser acondicionados e isolados a fim de evitar ferrugem e movimentos que possam resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos;
 - 3.8.1.3. Todos os encaixes dos dispositivos eletrônicos e peças fixas devem ser à prova de corrosão e de intempéries;
 - 3.8.1.4. Todas as aberturas que forem realizadas no veículo devem ser adequadamente calafetadas e todos os circuitos elétricos devem ser protegidos por fusíveis de proteção à corrente e de fácil remoção e acesso para inspeção e manutenção;
 - 3.8.1.5. Bateria auxiliar: com a mesma amperagem utilizada no veículo. Sistema de acoplamento com veículo ligado e desacoplamento com veículo desligado. Assim, com veículo desligado a bateria que deve ser consumida será exclusivamente a auxiliar preservando a original do veículo.

4. VEÍCULO SUV HÍBRIDO - COMANDO (1 unidade)



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- 4.1.** Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor branca; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70 km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600 mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. COMANDO.

4.2. GRAFISMO

- 4.2.1. Conforme indicado no 4º Apêndice do Anexo I.

4.3. SINALIZAÇÃO LUMINOSA E ACÚSTICA DE EMERGÊNCIA

- 4.3.1. Sinalizador frontal principal do tipo barra em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteiriça, instalada no teto da cabine do veículo. Estrutura da barra em ABS reforçado com alumínio extrudado, ou alumínio extrudado na cor preta, cúpula injetada em policarbonato na cor cristal, resistente a impactos e descoloração, com tratamento UV, conforme descritivo:

- 4.3.1.1. Voltagem 12 VCC;
- 4.3.1.2. Cúpula Cristal;
- 4.3.1.3. 07 Módulos Led 4x1 3W Rubi;
- 4.3.1.4. 07 Módulos Led 4x1 3W Azul
- 4.3.1.5. Dimensão: 43";
- 4.3.1.6. Tecnologia SMD microcontrolada;
- 4.3.1.7. Conjunto Sonofletor 100W RMS;
- 4.3.1.8. Amplificador 100W 12 vcc;
- 4.3.1.9. Controlador remoto ergonômico de 12 teclas e microfone embutido com PTT;
- 4.3.1.10. Potência sonora: 122dB;

4.3.2. Sinalizadores auxiliares do tipo linear

- 4.3.2.1. 2 pares composto por 2 sinalizadores de 6 leds na cor rubi e 2 sinalizadores de 6 leds na cor azul, instalado na grade dianteira do veículo, cada led deve ter potência mínima de 3W.
- 4.3.2.2. 1 par composto por 1 sinalizador de 6 leds na cor rubi e 1



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

sinalizador de 6 leds na cor azul, instalado na parte traseira (porta malas), cada led deve ter potência mínima de 3W.

- 4.3.3. Os comandos de toda a sinalização visual e acústica deverão estar localizados em painel único, na cabine do motorista, permitindo sua operação por ambos os ocupantes da cabine.

4.4. ADAPTAÇÃO

- 4.4.1. **Para-choque:** de impulsão dianteiro e traseiro com proteção de faróis e lanternas, confeccionados em chapas e tubos de aço carbono, fixados nas furações originais do veículo, que tem como objetivo auxiliar em operações táticas e proteger partes do acabamento.
- 4.4.2. **Estribos laterais:** Formado por 2 peças construídas em perfil interno de aço extrudado, contendo estrutura antiderrapante na parte superior, que deverão ser instaladas sob as portas laterais do veículo, ocupando todo o espaço entre as caixas das rodas dianteiras e traseiras, com capacidade para suportar até 160 Kg em cada uma das peças. Os estribos deverão projetar-se lateralmente, com o alinhamento das caixas de roda, definindo-se o tamanho na aprovação do protótipo, devendo ser na cor preta.
- 4.4.3. **Suporte para armamento:** a ser instalado no alinhamento central entre os bancos dianteiros e desses ao banco traseiro, sem impedir a utilização desse por 3 ocupantes, com capacidade para acomodar até 3 armas portáteis, do tipo metralhadora, carabina, espingarda ou fuzil, que serão definidas durante avaliação do protótipo;
- 4.4.4. **Compartimento de detido:** adaptado no compartimento de bagagens, composto por:
- 4.4.4.1. **Divisória:** a ser instalada transversalmente atrás do banco traseiro, do piso ao teto, com a finalidade de isolar os ocupantes do compartimento traseiro dos demais ocupantes do veículo, sem, contudo, diminuir o campo de visão do motorista quando utilizar o espelho retrovisor; confeccionada em fibra ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno), ou similar, na parte inferior, e chapa de aço perfurada na parte superior com pintura eletrostática na cor do acabamento interno do veículo.
- 4.4.4.2. **Revestimento:** em peça inteira, confeccionada em fibra ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno), ou similar, a ser moldada e aplicada em toda a extensão da base do compartimento traseiro, prolongando-se nas laterais até o alinhamento dos vidros e integrando-se à parte inferior da divisória;
- 4.4.4.3. **Grades de proteção:** em chapa de aço perfurada protegendo todos os vidros (laterais e tampão) do compartimento traseiro.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

4.5. REVESTIMENTO - CAPA DE BANCO

- 4.5.1. A ser aplicado sobre os bancos e encosto de cabeça originais de fábrica, confeccionado em courvin automotivo ou similar com reforço nas laterais do encosto, flexível e impermeável, que facilite a limpeza, dotado de pontos de resistência dos encostos e dos assentos, onde o armamento portado pelos GCMs mantém contato com o banco, cor preta ou conforme acabamento interno.

4.6. REVESTIMENTO - PISO

- 4.6.1. Confeccionado em PVC impermeável, de alta resistência não absorvente e lavável, cor preta, com espessura não inferior a 1,5mm, a ser fixado por meio de velcro sobre toda a extensão da formação original existente no assoalho do veículo, a fim de protegê-lo totalmente.

4.7. FAROL DE BUSCA EM LED

- 4.7.1. Silibim Tático 12V Foco Mão Policial, corpo em plástico ABS e lente em policarbonato. Potência de iluminação: lâmpada de 18.000 000 lumens, acionamento corrente 12V. Em LEDs com cabo de no mínimo 5m, com plug para utilizar na tomada 12V do veículo.

4.8. TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

- 4.8.1. Disposições técnicas:

- 4.8.1.1. Todos os materiais empregados deverão possuir padrão automotivo, respeitando as normas vigentes;
- 4.8.1.2. Todos os chicotes, armações e fiações devem ser acondicionados e isolados a fim de evitar ferrugem e movimentos que possam resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos;
- 4.8.1.3. Todos os encaixes dos dispositivos eletrônicos e peças fixas devem ser à prova de corrosão e de intempéries;
- 4.8.1.4. Todas as aberturas que forem realizadas no veículo devem ser adequadamente calafetadas e todos os circuitos elétricos devem ser protegidos por fusíveis de proteção à corrente e de fácil remoção e acesso para inspeção e manutenção;
- 4.8.1.5. Bateria auxiliar: com a mesma amperagem utilizada no veículo. Sistema de acoplamento com veículo ligado e desacoplamento com veículo desligado. Assim, com veículo desligado a bateria que deve ser consumida será exclusivamente a auxiliar preservando a original do veículo.

3º APÊNDICE DO ANEXO I

ILUSTRAÇÕES DE ADAPTAÇÕES - VIATURAS CANIL

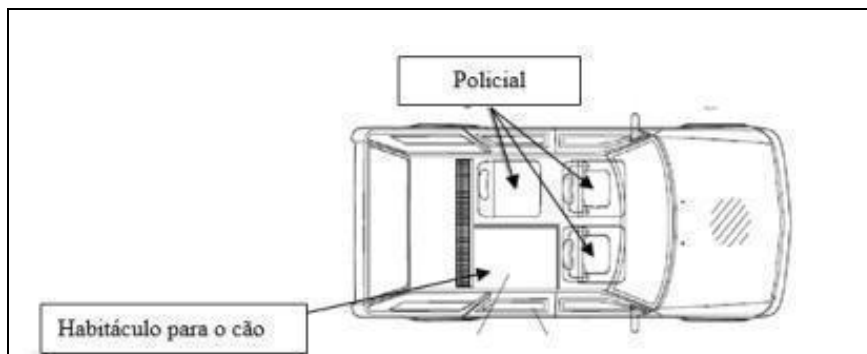


Imagem 1: Croqui sem escala

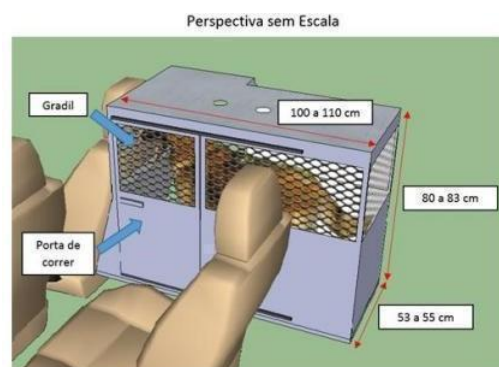


Imagem 2: Dimensões do habitáculo

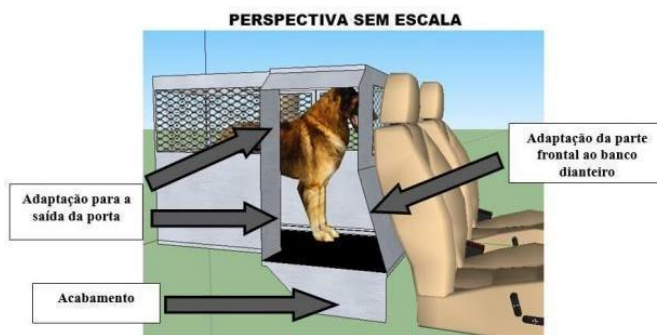


Imagem 3: Acabamento



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo



Imagem 4: Adaptação para estabilização

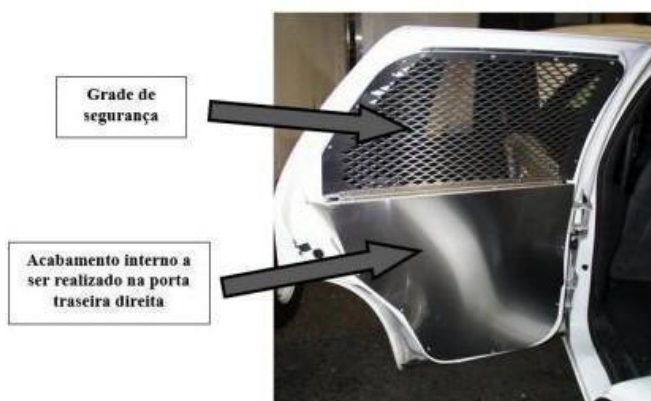


Imagem 5: Grade de segurança



4º APÊNDICE DO ANEXO I

ILUSTRAÇÕES DE LAYOUTS

LAYOUT CANIL





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

CANIL



CANIL



www.praiagrande.sp.gov.br

R104



153

R104



CANIL



R104

153

CANIL





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

LAYOUT ROMU





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo



ROMU



www.praiagrande.sp.gov.br



ROMU



ROMU





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

LAYOUT COMANDO





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo



R104

R104





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

3º Apêndice do Anexo I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Departamento de Administração
Divisão de Controle e Gerenciamento da Frota**

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS HÍBRIDOS PLUG-IN PARA A SECRETARIA DE ASSUNTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA APLICADOS NA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO 22.407/2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A presente justificativa tem por objetivo respaldar a necessidade de realização de processo licitatório, na modalidade registro de preços, para a aquisição de veículos híbridos a serem incorporados à frota da Guarda Civil Municipal - GCM, vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Município de Praia Grande.

A modernização e ampliação da frota da Guarda Civil Municipal se fazem imprescindíveis para garantir a eficiência e a continuidade das ações de patrulhamento, prevenção e resposta rápida às ocorrências de segurança pública no município. A crescente demanda por serviços da GCM, decorrente da expansão urbana e populacional, exige veículos mais eficientes, confiáveis e ambientalmente sustentáveis.

A substituição gradativa da atual frota por veículos com tecnologia híbrida visa, além da renovação necessária, a redução de custos operacionais com combustível e manutenção, bem como a diminuição da emissão de gases poluentes, em consonância com as políticas públicas de sustentabilidade e com os compromissos ambientais assumidos pela Administração Municipal.

A adoção do sistema de registro de preços proporciona maior flexibilidade administrativa, permitindo aquisições conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária, além de garantir economia de escala, padronização da frota e agilidade no atendimento das demandas da GCM. A medida evita o desabastecimento e permite planejamento mais eficiente das futuras compras.

A busca por soluções inovadoras no âmbito Municipal, alinhada com as questões ambientais, foi determinada por intermédio da Ordem de Serviço GP/SEAD N°. 59/2025.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

O objeto do presente estudo está previsto na Lei Orçamentária Anual, bem como no Plano de Contratações Anual 2026 publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas, sob nº. Id pca PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2026>.

Id do item no PCA	Classe/Grupo
5	57 - Fornecimento de Veículo, Caminhões e Máquinas

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto a ser licitado será adquirido por intermédio de registro de preços. O termo de ata terá duração de 12 meses, podendo ser prorrogado na forma da lei.

Os veículos são considerados comuns, não raros ou de luxo, com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

3.1. Dos requisitos gerais da contratação

- a) A contratada deverá entregar os veículos no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do contrato. A entrega deverá ser realizada na sede da Guarda Civil Municipal, localizada na Avenida Ministro Marcos Freire, 6660, Jardim Quietude, Praia Grande.
- b) Os veículos deverão ser entregues em perfeito estado para uso, e de acordo com as especificações do edital.
- c) Todos os veículos deverão ser entregues com os respectivos documentos originais, viabilizando o emplacamento e registro junto ao Detran que será de responsabilidade da Administração, bem como relação de concessionárias/oficinas credenciadas, na Baixada Santista, onde serão realizadas as revisões de garantia e com duas chaves, sendo uma chave original e uma cópia/reserva.
- d) No ato do recebimento dos veículos, contratante e contratada realizarão vistoria de entrega, apurando suas condições.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- e) Verificada a incompatibilidade entre os veículos entregues e as exigências do edital, a contratada fica obrigada a substituir o veículo automaticamente, sem qualquer ônus para a contratante, respeitando o prazo total de entrega.
- f) Todos os veículos deverão ser adesivados em material PVC (vinil adesivo) com cola acrílica à base d'água, conforme especificações inseridas nos autos, salvo aqueles que por indicação da contratante não devam receber caracterização. Os layouts de adesivagem farão parte integrante do edital e podem sofrer alterações. Por esta razão, antes da plotagem, a contratada deverá consultar o Município.

3.1.1. Os veículos devem contar com as seguintes características:

3.1.1.1 GABINETE

- a) Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior;
- b) quatro portas laterais;
- c) capacidade para transportar cinco pessoas;
- d) cor preta;
- e) Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina;
- f) Motor elétrico com autonomia mínima de 70km (INMETRO);
- g) Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv;
- h) Comprimento mínimo 4600mm;
- i) Porta malas capacidade mínima 550 litros;
- j) Adaptações conforme indicado no apêndice - veículos **GABINETE**;
- k) Caracterização com adesivagem indicada no apêndice.

3.1.1.2 CANIL

- a) Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior;
- b) quatro portas laterais;
- c) capacidade para transportar cinco pessoas;
- d) cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout;
- e) Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina;
- f) Motor elétrico com autonomia mínima de 70km (INMETRO);
- g) Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv;
- h) Comprimento mínimo 4600mm;
- i) Porta malas capacidade mínima 550 litros;
- j) Adaptações conforme indicado no apêndice - veículos **CANIL**;
- k) Caracterização com adesivagem indicada no apêndice.

3.1.1.3 ROMU

- a) Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior;
- b) quatro portas laterais;
- c) capacidade para transportar cinco pessoas;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- d) cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout;
- e) Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina;
- f) Motor elétrico com autonomia mínima de 70km (INMETRO);
- g) Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv;
- h) Comprimento mínimo 4600mm;
- i) Porta malas capacidade mínima 550 litros;
- j) Adaptações conforme indicado no apêndice - veículos **ROMU**;
- k) Caracterização com adesivagem indicada no apêndice.

3.1.1.4 COMANDO

- a) Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior;
- b) quatro portas laterais;
- c) capacidade para transportar cinco pessoas;
- d) cor branca;
- e) Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina;
- f) Motor elétrico com autonomia mínima de 70km (INMETRO);
- g) Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv;
- h) Comprimento mínimo 4600mm;
- i) Porta malas capacidade mínima 550 litros;
- j) Adaptações conforme indicado no apêndice - veículos **COMANDO**;
- k) Caracterização com adesivagem indicada no apêndice.

3.2. Da sustentabilidade

A exigência de motorização híbrida atende aos critérios de sustentabilidade, possibilitando ao veículo o uso de fontes energéticas menos poluentes, em alinhamento com as prioridades do Governo Federal.

3.3. Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia.

3.4. Amostra

Não haverá exigência de apresentação de amostra.

3.5. Subcontratação

Para as parcelas correspondentes aos serviços de plotagem e demais adaptações, a subcontratação poderá ser autorizada, desde que a empresa contratada assegure a execução dos serviços dentro dos prazos estabelecidos e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

A estimativa tomou por base as determinações da Alta Administração alinhadas com as necessidades operacionais da Guarda Civil Municipal, delineadas no Documento de Formalização de Demanda inserido nos autos. Os veículos serão utilizados nas atividades do canil, ROMU, Comando e Gabinete.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor preta; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. GABINETE.	02
2	Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. CANIL.	02
3	Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. ROMU.	05
4	Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor branca; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. COMANDO.	01

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com o objetivo de identificar as soluções disponíveis no mercado para a satisfação das necessidades da Administração, no desenvolvimento das atividades da Guarda Civil Municipal, foram analisadas três alternativas que apresentam viabilidade jurídica e operacional: (i) locação de veículos híbridos, (ii) aquisição única de veículos e (iii) aquisição de veículos híbridos por intermédio de registro de preços. Cada uma dessas opções apresenta particularidades que foram consideradas com base em aspectos operacionais, econômicos e ambientais, conforme descrito a seguir:

5.1. Locação de veículos híbridos

Aspectos positivos:

- Redução de custos com manutenção, uma vez que a responsabilidade é, em geral, da locadora;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- Renovação periódica da frota, mantendo veículos sempre em boas condições;
- Adequação às políticas ambientais, com menor emissão de poluentes;
- Eliminação de custos com depreciação e revenda.

Aspectos negativos:

- Custo total pode ser superior no longo prazo, especialmente em contratos que, pela natureza da execução, sejam considerados de caráter continuado;
- Dependência da empresa locadora para manutenção, substituição e disponibilidade de veículos;
- Menor autonomia administrativa sobre o uso e adaptação dos veículos à realidade local;
- Eventual dificuldade de adesão às especificidades técnicas exigidas pela Administração.

5.2. Aquisição única de veículos

Aspectos positivos:

- Os veículos passam a integrar o patrimônio público, com total autonomia de uso;
- Possibilidade de adaptação e customização de acordo com as necessidades da Administração;
- Custo total mais previsível ao longo do tempo, considerando a vida útil dos veículos.

Aspectos negativos:

- Elevado impacto orçamentário inicial, podendo comprometer outros investimentos ou ações do Município;
- Risco de ociosidade ou subutilização de parte da frota;
- Necessidade de estrutura própria para manutenção, seguro e eventual revenda;
- Incidência de depreciação e perda de valor de mercado ao longo do tempo.

5.3. Aquisição de veículos híbridos por intermédio de registro de preços

Aspectos positivos:

- Flexibilidade na aquisição, possibilitando compras parceladas conforme a real necessidade e disponibilidade orçamentária.
- Permite planejamento financeiro mais eficiente, evitando desembolsos elevados imediatos.
- Mantém as vantagens ambientais e operacionais dos veículos eletrificados.
- Reduz o risco de aquisição desnecessária, contribuindo para a eficiência na gestão da frota.

Aspectos negativos:

- Exige gestão e controle contínuos para evitar a perda de prazos e oportunidades de aquisição;
- Necessidade de estrutura própria para manutenção, seguro e eventual revenda;
- Incidência de depreciação e perda de valor de mercado ao longo do tempo.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

5.4. Conclusão

Dentre as alternativas avaliadas, considera-se que a aquisição de veículos híbridos por intermédio de registro de preços (opção 3) representa a solução mais adequada para o Município. Essa modalidade proporciona maior flexibilidade de aquisição, alinhamento com a disponibilidade de recursos orçamentários e planejamento escalonado das compras, sem perder de vista os benefícios ambientais e operacionais dos veículos híbridos. Além disso, possibilita atender à demanda de forma progressiva e eficiente, ajustando-se à realidade e à estratégia de gestão pública do Município.

6. ESTIMATIVA DE PREÇO DE CONTRATAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 36 do Decreto nº. 7929/2023 que regulamentou, no âmbito do Município, a NLLC, elaborou-se o quadro abaixo com estimativa prévia de valores, que poderá ser atualizada quando da elaboração do Termo de Referência.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor preta; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. GABINETE .	02	R\$ 339.500,00	R\$ 679.000,00
2	Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. CANIL .	02	R\$ 344.500,00	R\$ 689.000,00
3	Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. ROMU .	05	R\$ 344.500,00	R\$ 1.722.500,00
4	Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor branca; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. COMANDO .	01	R\$ 344.500,00	R\$ 344.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 3.435.000,00

Assim, tem-se que o valor estimado total para a aquisição por intermédio de registro de preços é de R\$3.435.000,00, (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil reais).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa, objetivando formalização de ata de registro de preços para fornecimento de veículos híbridos a serem empregados na Guarda Civil Municipal. Para a persecução dos objetivos da Administração, as aquisições se darão por meio de **sistema de registro de preços**, garantindo padronização da frota, economia de escala e atendimento gradual conforme as necessidades das unidades. A aquisição contempla veículos com ampla autonomia, garantia, atendimento técnico nacional e documentação completa para fins de registro junto ao Detran, que será de responsabilidade da Administração.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

7.1. Das obrigações da contratada

Constituem obrigações da contratada, além das demais previstas no contrato ou dele decorrentes, entregar os veículos no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do contrato. A entrega deverá ser realizada na sede da Guarda Civil Municipal, localizada na Avenida Ministro Marcos Freire, 6660, Jardim Quietude, Praia Grande, observando os critérios contidos no item 3.1 do presente estudo.

7.2. Da garantia

A contratada será responsável pela garantia mínima de 8 anos para o sistema de propulsão elétrica (bateria) e 2 anos para o veículo completo.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Em razão da natureza do objeto, viável adoção do critério de julgamento de menor valor por item, atendendo ao disposto nos incisos V, b do caput, bem como incisos II e III, §2º, todos do art. 40 da NLLC.

O objetivo é promover ampla competição e ampliar a economia de escala.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a adoção da solução mencionada no tópico específico de levantamento de mercado, espera-se o atendimento com eficácia das demandas de patrulhamento, fiscalização e demais atividades operacionais da Guarda Civil Municipal, cumprindo as ações institucionais. Além disso, os resultados elencados a seguir também são esperados.

9.1. Redução de Custos Operacionais

Espera-se uma significativa economia com combustíveis fósseis, considerando o menor custo por quilômetro rodado dos veículos híbridos em comparação aos veículos a combustão. Além disso, os veículos demandam menos manutenção preventiva e corretiva, o que também contribui para a redução dos custos totais de operação da frota.

9.2. Sustentabilidade

A substituição progressiva da frota atual por veículos eletrificados contribuirá para a redução da emissão de gases poluentes e de efeito estufa, alinhando a Administração Municipal aos compromissos ambientais e às metas de descarbonização estabelecidas em políticas públicas nacionais e internacionais.

9.3. Padronização e modernização da Frota



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

A iniciativa permitirá a padronização da frota municipal, facilitando o controle, a manutenção e a gestão logística dos veículos. A modernização também trará benefícios em termos de segurança, confiabilidade e eficiência dos serviços realizados pela Guarda Civil Municipal.

9.4. Imagem Institucional e liderança em inovação

A adoção de veículos híbridos reforçará o compromisso da Administração Municipal com a inovação, a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental, fortalecendo sua imagem institucional perante a sociedade e incentivando práticas semelhantes em outros entes públicos e no setor privado.

9.5. Redução de Ruídos Urbanos

Os veículos híbridos emitem menos ruído que os veículos convencionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos, especialmente em áreas sensíveis como escolas, hospitais e zonas residenciais.

9.6. Estímulo à Mobilidade Sustentável e à Indústria Nacional:

A demanda por veículos híbridos, especialmente os plug-in, poderá impulsionar o desenvolvimento da cadeia produtiva local e nacional ligada à eletromobilidade, promovendo empregos e inovação tecnológica no setor.

9.7. Adoção de Tecnologias Inteligentes

A nova frota poderá vir equipada com tecnologias embarcadas para controle de desempenho, rastreamento, análise de dados e integração com sistemas de gestão municipal, otimizando o uso e a manutenção dos veículos.

Esses resultados pretendidos justificam a adoção de uma política de substituição gradativa da frota convencional por veículos eletrificados, considerando os ganhos operacionais, ambientais, econômicos e sociais para a Administração Pública e a coletividade.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Será necessária a instalação de postos de cargas elétricas para os veículos que será conduzida em procedimento apartado em razão da natureza do objeto.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

A seguinte contratação possui correlação com o objeto: prestação de serviço de rastreamento veicular com solução completa composta por hardware e software. Empresa PSA Tech. Processo 6.544/2023.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A aquisição de veículos híbridos pode resultar em diversos impactos ambientais positivos, ao reduzir a emissão de poluentes e resíduos de manutenção. A descrição do objeto estipula eficiência mínima energética dos veículos.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita se mostra tecnicamente, ambientalmente e economicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, DECLARAMOS SER VIÁVEL a contratação pretendida.

AMARI DA SILVA SANTOS
Diretor do Departamento de Administração

ALMIR ROGÉRIO DA SILVA
Chefe de Gestão da Frota - SEASP



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS HÍBRIDOS PLUG-IN PARA A SECRETARIA DE ASSUNTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA APLICADOS NA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

APÊNDICE A

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ADAPTAÇÕES

1. VEÍCULO SUV HÍBRIDO – GABINETE (2 unidades)

1.1. Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor preta; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. GABINETE.

1.2. GRAFISMO

1.2.1. Veículo descaracterizado para emprego em serviços do Secretário e Segurança GP.

1.3. SINALIZAÇÃO LUMINOSA DE EMERGÊNCIA

1.3.1. Compreende todo o sistema de luzes de emergência, sirene multifuncional e megafone, funcionamento, disposição no veículo, e modo de funcionamento.

1.3.2. Luzes de Emergência ou Sinalização Visual Auxiliar:

1.3.2.1. Externa dianteira: Instaladas na grade frontal, de forma “dissimulada” (oculta), sendo composto por no mínimo 2 (dois) blocos óticos, com no mínimo 12 LEDs cada, sendo 06 (seis) leds na cor vermelha do lado do motorista e 06 (seis) leds na cor azul instalados no lado do passageiro, com LEDs de no mínimo 3W de potência cada, com lente injetada na cor fumê, instalada na posição horizontal, com flash sequencial ou intermitente. A carcaça dos sinalizadores deve ser confeccionada em cor escura, a cor deve ser compatível com a frente do veículo. Os LEDs devem piscar de forma alternada, nunca devendo piscar as cores vermelho e azul de maneira simultânea. Deverá ser conectado à Sirene-Amplificador - controladora e acionada pelo módulo de controle concomitantemente com a sirene ou somente as luzes intermitentes sem acionamento da



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

sirene.

- 1.3.2.2. Interna traseira: instalados na parte traseira do veículo, do tipo mini sinalizador interno para uso velado, com ótica de refração, discreto, sendo no mínimo 12 (doze) leds na cor vermelha do (lado do motorista) e 12 (doze) leds na cor azul do (lado passageiro), composto por módulos com no mínimo 03 (três) LEDs cada, de no mínimo 3W de potência cada LED, lente injetada na cor fumê, com efeitos luminosos alternados e exclusivos entre as cores. Deverá ser fixado no tampão do porta-malas, de forma dissimulada e camuflada, com pintura e acabamento conforme material do teto ou do tampão do interior do veículo. O conjunto deverá ser instalado de forma que não seja notado de fora para dentro e seu acabamento seja imperceptível no interior da viatura, e de forma que a luminosidade do produto não seja refletida para o interior do veículo e não atrapalhe o condutor ou ocupantes da viatura. Os módulos deverão ser conectados à sirene-amplificador- controladora e acionados através do módulo de controle de forma que o condutor possa ligar somente os efeitos luminosos ou acionar concomitantemente com a sirene.

1.4. SINALIZAÇÃO ACÚSTICA

- 1.4.1. Sirene eletrônica multifuncional composta de 01 (um) amplificador de 100 watts de potência RMS e unidade sonofletora única, com no mínimo 4 tons distintos, que deverá ser instalada na região do motor, gerando pressão sonora não inferior a 110 dB a 01 (um) metro de distância, sistema de megafone de 30W RMS.

1.5. CONTROLADOR

- 1.5.1. Deverá ser destacável para ser escondido quando necessário, fixado através de ímã no painel do veículo para ser manuseado pelo condutor, com cabo espiralado. Terá a finalidade de controlar todo o sistema de sinalização de emergência (acústico e visual). Deverá possuir no máximo 4 teclas de silicone, iluminadas com luzes de fundo, de forma a ser operado com facilidade pelo condutor ou passageiro.

1.6. REVESTIMENTO - CAPA DE BANCO

- 1.6.1. A ser aplicado sobre os bancos e encosto de cabeça originais de fábrica, confeccionado em courvin automotivo ou similar com



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

reforço nas laterais do encosto, flexível e impermeável, que facilite a limpeza, dotado de pontos de resistência dos encostos e dos assentos, onde o armamento portado pelos GCMs mantém contato com o banco, cor preta ou conforme acabamento interno.

1.7. REVESTIMENTO - PISO

- 1.7.1. Confeccionado em PVC impermeável, de alta resistência não absorvente e lavável, cor preta, com espessura não inferior a 1,5 mm, a ser fixado por meio de velcro sobre toda a extensão da formação original existente no assoalho do veículo, a fim de protegê-lo totalmente.

1.8. TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

- 1.8.1. Disposições técnicas:

- 1.8.1.1. Todos os materiais empregados deverão possuir padrão automotivo, respeitando as normas vigentes;
- 1.8.1.2. Todos os chicotes, armações e fiações devem ser acondicionados e isolados a fim de evitar ferrugem e movimentos que possam resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos;
- 1.8.1.3. Todos os encaixes dos dispositivos eletrônicos e peças fixas devem ser à prova de corrosão e de intempéries;
- 1.8.1.4. Todas as aberturas que forem realizadas no veículo devem ser adequadamente calafetadas e todos os circuitos elétricos devem ser protegidos por fusíveis de proteção à corrente e de fácil remoção e acesso para inspeção e manutenção;
- 1.8.1.5. Bateria auxiliar com a mesma amperagem utilizada no veículo. Sistema de acoplamento com veículo ligado e desacoplamento com veículo desligado. Assim, com veículo desligado a bateria que deve ser consumida será exclusivamente a auxiliar preservando a original do veículo.

2. VEÍCULO SUV HÍBRIDO – CANIL (2 unidades)

- 2.1. Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

layout; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. CANIL.

2.2. GRAFISMO

2.2.1. Conforme indicado no Apêndice C.

2.3. SINALIZAÇÃO LUMINOSA E ACÚSTICA DE EMERGÊNCIA

2.3.1. Sinalizador frontal principal do tipo barra em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteiriça instalada no teto da cabine do veículo. Estrutura da barra em ABS reforçado com alumínio extrudado, ou alumínio extrudado na cor preta, cúpula injetada em policarbonato na cor cristal, resistente a impactos e descoloração, com tratamento UV, conforme descritivo a seguir:

2.3.1.1. Voltagem 12VCC;

2.3.1.2. Cúpula Cristal;

2.3.1.3. 07 Módulos Led 4x1 3W Rubi;

2.3.1.4. 07 Módulos Led 4x1 3W Azul

2.3.1.5. Dimensão: 43";

2.3.1.6. Tecnologia SMD microcontrolada;

2.3.1.7. Conjunto Sonofletor 100W RMS;

2.3.1.8. Amplificador 100W 12 vcc;

2.3.1.9. Controlador remoto ergonômico de 12 teclas e microfone embutido com PTT;

2.3.1.10. Potência sonora: 122dB;

2.3.2. Sinalizadores auxiliares do tipo linear

2.3.2.1. 2 pares composto por 2 sinalizadores de 6 leds na cor rubi e 2 sinalizadores de 6 leds na cor azul, instalados na grade dianteira do veículo. Cada led deve ter potência mínima de 3W.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

2.3.2.2. 1 par composto por 1 sinalizador de 6 leds na cor rubi e 1 sinalizador de 6 leds na cor azul, instalado na parte traseira (porta malas). Cada led deve ter potência mínima de 3W.

2.3.3. Os comandos de toda a sinalização visual e acústica deverão estar localizados em painel único, na cabine do motorista, permitindo sua operação por ambos os ocupantes da cabine.

2.4. ADAPTAÇÃO

2.4.1. **Para-choque:** de impulsão dianteiro e traseiro com proteção de faróis e lanternas, confeccionados em chapas e tubos de aço carbono, fixados nas furações originais do veículo, que tem como objetivo auxiliar em operações táticas e proteger partes do acabamento.

2.4.2. **Estribos laterais:** formados por 2 peças construídas em perfil interno de aço extrudado, contendo estrutura antiderrapante na parte superior, que deverão ser instaladas sob as portas laterais do veículo, ocupando todo o espaço entre as caixas das rodas dianteiras e traseiras, com capacidade para suportar até 160Kg em cada uma das peças. Os estribos deverão projetar-se lateralmente, com o alinhamento das caixas de roda, definindo-se o tamanho na aprovação do protótipo, devendo ser na cor preta.

2.4.3. **Suporte para armamento:** a ser instalado no alinhamento central entre os bancos dianteiros e desses ao banco traseiro, sem impedir a utilização desse por 3 ocupantes, com capacidade para acomodar até 3 armas portáteis, do tipo metralhadora, carabina, espingarda ou fuzil, que serão definidas durante avaliação do protótipo;

2.4.4. **Compartimento de detido:** adaptado no compartimento de bagagens, composto por:

2.4.4.1. **Divisória:** a ser instalada transversalmente atrás do banco traseiro, do piso ao teto, com a finalidade de isolar os ocupantes do compartimento traseiro dos demais ocupantes do veículo, sem, contudo, diminuir o campo de visão do motorista, quando utilizar o espelho retrovisor; confeccionada em fibra ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno), ou similar, na parte inferior, e chapa de aço perfurada na parte superior com pintura eletrostática na cor do acabamento interno do veículo.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- 2.4.4.2. **Revestimento:** em peça inteiriça, confeccionada em fibra ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno) ou similar, a ser moldada e aplicada em toda a extensão da base do compartimento traseiro, prolongando-se nas laterais até o alinhamento dos vidros e integrando-se à parte inferior da divisória;
- 2.4.4.3. **Grades de proteção:** em chapa de aço perfurada protegendo todos os vidros (laterais e tampão) do compartimento traseiro.
- 2.4.5. **Habitáculo para o cão:** Deverá ocupar o lado direito do banco traseiro conforme croqui sem escala contido no Apêndice B. [Imagem 1: Croqui sem escala]
- 2.4.5.1. O habitáculo para o cão deverá ser confeccionado em chapas de alumínio liso na espessura de no mínimo 04 mm.
- 2.4.5.2. O comprimento do habitáculo deverá ter entre 1 a 1,10m;
- 2.4.5.3. A largura do habitáculo deverá ter entre 0,53 a 0,55m;
- 2.4.5.4. A altura do habitáculo deverá ter entre 0,80 a 0,83m;
- 2.4.5.5. O volume útil do habitáculo não poderá ser inferior a 0,50m³;
- 2.4.5.6. Na lateral esquerda do habitáculo, ou seja, na divisão entre o habitáculo e o assento do passageiro traseiro, deverá haver uma porta de correr, para acesso ao habitáculo;
- 2.4.5.7. A porta citada deverá ser confeccionada no mesmo material e espessura do habitáculo, devendo possuir as dimensões: largura: mínimo de 0,40m e altura: mínimo de 0,70 m;
- 2.4.5.8. A extremidade esquerda da porta deverá estar a no máximo 0,12m da extremidade frontal do habitáculo, de forma que, quando for aberta, corra no lado externo do habitáculo, no sentido de frente para trás;
- 2.4.5.9. As paredes frontal, lateral esquerda, lateral direita e traseira, bem como a porta de correr deverão possuir, na parte superior, um sistema de visibilidade tipo gradil, com altura de 0,30 a 0,32m; [Imagem 2: Dimensões do



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

habitáculo]

- 2.4.5.10. Toda a extensão do piso do habitáculo deverá ser revestida por borracha, ou material similar, antiderrapante, com espessura mínima de 1cm, que possa ser removido;
- 2.4.5.11. O teto do habitáculo deverá possuir dois orifícios um para comportar ponto de luz, com chave de acionamento individual e outro para entrada do ar proveniente do climatizador;
- 2.4.5.12. A área do teto poderá ser inferior a do piso, caso haja necessidade de adaptação da parte frontal do habitáculo ao banco do passageiro dianteiro;
- 2.4.5.13. O piso do habitáculo deverá possuir estrutura tubular de aço com, no mínimo, 1" de diâmetro e 2mm de espessura, com tratamento anticorrosão;
- 2.4.5.14. Deverá ser feito acabamento do mesmo material e espessura do habitáculo, com o fim de fazer ligação deste para a porta traseira direita, por onde o cão sairá, sendo que o tapete deverá ser sobreposto também ao piso desta adaptação;
- 2.4.5.15. A adaptação deverá ser dotada de acabamento de modo a cobrir a área entre o piso do habitáculo e o assoalho do veículo. [Imagem 3: Acabamento]
- 2.4.5.16. Se o veículo possuir diferença de altura entre o compartimento de carga e o assoalho do veículo, deverá ser feito um apoio metálico para estabilizar o habitáculo, com regulador de altura, semelhante ao da figura constante no Apêndice B. [Imagem 4: Adaptação para estabilização]
- 2.4.5.17. Na porta traseira direita do veículo, deverão ser feitas as seguintes adaptações:
 - 2.4.5.17.1. Retirada do forro original para colocação de chapa de alumínio de espessura de no mínimo 3 mm;
 - 2.4.5.17.2. Instalação de grade de segurança em alumínio ou material similar, na parte interna da porta, em toda a extensão do vidro;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- 2.4.5.17.3. O sistema deve permitir a abertura da porta manualmente, pelo lado de fora; [Imagem 5: Grade de segurança]

2.5. REVESTIMENTO - CAPA DE BANCO

- 2.5.1. A ser aplicado sobre os bancos e encosto de cabeça originais de fábrica, confeccionado em courvin automotivo ou similar com reforço nas laterais do encosto, flexível e impermeável, que facilite a limpeza, dotado de pontos de resistência dos encostos e dos assentos, onde o armamento portado pelos GCMs mantém contato com o banco, cor preta ou conforme acabamento interno.

2.6. REVESTIMENTO - PISO

- 2.6.1. Confeccionado em PVC impermeável, de alta resistência não absorvente e lavável, cor preta, com espessura não inferior a 1,5 mm, a ser fixado por meio de velcro sobre toda a extensão da formação original existente no assoalho do veículo, a fim de protegê-lo totalmente.

2.7. FAROL DE BUSCA EM LED

- 2.7.1. Silibim Tático 12V Foco Mão Policial, corpo em plástico ABS e lente em policarbonato. Potência de iluminação: lâmpada de 18.000.000 lumens, acionamento corrente 12V. Em LEDs com cabo de no mínimo 5m, com plug para utilizar na tomada 12V do veículo.

2.8. TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

- 2.8.1. Disposições técnicas:
- 2.8.1.1. Todos os materiais empregados deverão possuir padrão automotivo, respeitando as normas vigentes;
 - 2.8.1.2. Todos os chicotes, armações e fiações devem ser acondicionados e isolados a fim de evitar ferrugem e movimentos que possam resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos;
 - 2.8.1.3. Todos os encaixes dos dispositivos eletrônicos e peças fixas devem ser à prova de corrosão e de intempéries;
 - 2.8.1.4. Todas as aberturas que forem realizadas no veículo devem ser adequadamente calafetadas e todos os circuitos



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

elétricos devem ser protegidos por fusíveis de proteção à corrente e de fácil remoção e acesso para inspeção e manutenção;

- 2.8.1.5. Bateria auxiliar: com a mesma amperagem utilizada no veículo. Sistema de acoplamento com veículo ligado e desacoplamento com veículo desligado. Assim, com veículo desligado a bateria que deve ser consumida será exclusivamente a auxiliar preservando a original do veículo.

3. VEÍCULO SUV HÍBRIDO - ROMU (5 unidades)

- 3.1. Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. ROMU.

3.2. GRAFISMO

- 3.2.1. Conforme indicado no Apêndice C.

3.3. SINALIZAÇÃO LUMINOSA E ACÚSTICA DE EMERGÊNCIA

- 3.3.1. Sinalizador frontal principal do tipo barra em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteiriça, instalada no teto da cabine do veículo. Estrutura da barra em ABS reforçado com alumínio extrudado, ou alumínio extrudado na cor preta, cúpula injetada em policarbonato na cor cristal, resistente a impactos e descoloração, com tratamento UV, conforme descritivo:

- 3.3.1.1. Voltagem 12VCC;
- 3.3.1.2. Cúpula Cristal;
- 3.3.1.3. 07 Módulos Led 4x1 3W Rubi;
- 3.3.1.4. 07 Módulos Led 4x1 3W Azul
- 3.3.1.5. Dimensão: 43";
- 3.3.1.6. Tecnologia SMD microcontrolada;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- 3.3.1.7. Conjunto Sonofletor 100W RMS;
- 3.3.1.8. Amplificador 100W 12 vcc;
- 3.3.1.9. Controlador remoto ergonômico de 12 teclas e microfone embutido com PTT;
- 3.3.1.10. Potência sonora: 122dB;

3.3.2. Sinalizadores auxiliares do tipo linear

- 3.3.2.1. 2 pares composto por 2 sinalizadores de 6 leds na cor rubi e 2 sinalizadores de 6 leds na cor azul, instalado na grade dianteira do veículo, cada led deve ter potência mínima de 3W.
- 3.3.2.2. 1 par composto por 1 sinalizador de 6 leds na cor rubi e 1 sinalizador de 6 leds na cor azul, instalado na parte traseira (porta malas), cada led deve ter potência mínima de 3W.
- 3.3.3. Os comandos de toda a sinalização visual e acústica deverão estar localizados em painel único, na cabine do motorista, permitindo sua operação por ambos os ocupantes da cabine.

3.4. ADAPTAÇÃO

- 3.4.1. **Para-choque:** de impulsão dianteiro e traseiro com proteção de faróis e lanternas, confeccionados em chapas e tubos de aço carbono, fixados nas furações originais do veículo, que tem como objetivo auxiliar em operações táticas e proteger partes do acabamento.
- 3.4.2. **Estribos laterais:** Formado por 2 peças construídas em perfil interno de aço extrudado, contendo estrutura antiderrapante na parte superior, que deverão ser instaladas sob as portas laterais do veículo, ocupando todo o espaço entre as caixas das rodas dianteiras e traseiras, com capacidade para suportar até 160Kg em cada uma das peças. Os estribos deverão projetar-se lateralmente, com o alinhamento das caixas de roda, definindo-se o tamanho na aprovação do protótipo, devendo ser na cor preta.
- 3.4.3. **Suporte para armamento:** a ser instalado no alinhamento central entre os bancos dianteiros e desses ao banco traseiro, sem impedir a utilização desse por 3 ocupantes, com capacidade para acomodar até 3 armas portáteis, do tipo metralhadora, carabina,



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

espingarda ou fuzil, que serão definidas durante avaliação do protótipo;

3.4.4. **Compartimento de detido:** adaptado no compartimento de bagagens, composto por:

3.4.4.1. **Divisória:** a ser instalada transversalmente atrás do banco traseiro, do piso ao teto, com a finalidade de isolar os ocupantes do compartimento traseiro dos demais ocupantes do veículo, sem, contudo, diminuir o campo de visão do motorista quando utilizar o espelho retrovisor; confeccionada em fibra ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno), ou similar, na parte inferior, e chapa de aço perfurada na parte superior com pintura eletrostática na cor do acabamento interno do veículo.

3.4.4.2. **Revestimento:** em peça inteiriça, confeccionada em fibra ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno), ou similar, a ser moldada e aplicada em toda a extensão da base do compartimento traseiro, prolongando-se nas laterais até o alinhamento dos vidros e integrando-se à parte inferior da divisória;

3.4.4.3. **Grades de proteção:** em chapa de aço perfurada protegendo todos os vidros (laterais e tampão) do compartimento traseiro.

3.5. REVESTIMENTO - CAPA DE BANCO

3.5.1. A ser aplicado sobre os bancos e encosto de cabeça originais de fábrica, confeccionado em courvin automotivo ou similar com reforço nas laterais do encosto, flexível e impermeável, que facilite a limpeza, dotado de pontos de resistência dos encostos e dos assentos, onde o armamento portado pelos GCMs mantém contato com o banco, cor preta ou conforme acabamento interno.

3.6. REVESTIMENTO - PISO

3.6.1. Confeccionado em PVC impermeável, de alta resistência não absorvente e lavável, cor preta, com espessura não inferior a 1,5mm, a ser fixado por meio de velcro sobre toda a extensão da formação original existente no assoalho do veículo, a fim de protegê-lo totalmente.

3.7. FAROL DE BUSCA EM LED



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- 3.7.1. Silibim Tático 12V Foco Mão Policial, corpo em plástico ABS e lente em policarbonato. Potência de iluminação: lâmpada de 18.000.000 lumens, acionamento corrente 12V. Em LEDs com cabo de no mínimo 5m, com plug para utilizar na tomada 12V do veículo.

3.8. TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

3.8.1. Disposições técnicas:

- 3.8.1.1. Todos os materiais empregados deverão possuir padrão automotivo, respeitando as normas vigentes;
- 3.8.1.2. Todos os chicotes, armações e fiações devem ser acondicionados e isolados a fim de evitar ferrugem e movimentos que possam resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos;
- 3.8.1.3. Todos os encaixes dos dispositivos eletrônicos e peças fixas devem ser à prova de corrosão e de intempéries;
- 3.8.1.4. Todas as aberturas que forem realizadas no veículo devem ser adequadamente calafetadas e todos os circuitos elétricos devem ser protegidos por fusíveis de proteção à corrente e de fácil remoção e acesso para inspeção e manutenção;
- 3.8.1.5. Bateria auxiliar: com a mesma amperagem utilizada no veículo. Sistema de acoplamento com veículo ligado e desacoplamento com veículo desligado. Assim, com veículo desligado a bateria que deve ser consumida será exclusivamente a auxiliar preservando a original do veículo.

4. VEÍCULO SUV HÍBRIDO - COMANDO (1 unidade)

- 4.1. Veículo novo, tipo SUV híbrido plug-in, 0km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, quatro portas laterais, capacidade para transportar cinco pessoas; cor branca; Motor 1.5 turbo injeção direta a gasolina; Motor elétrico com autonomia mínima de 70km (INMETRO); Potência combinada entre motor elétrico e a combustão de no mínimo 320cv; Comprimento mínimo 4600mm; Porta malas capacidade mínima 550 litros. COMANDO.

4.2. GRAFISMO

- 4.2.1. Conforme indicado no Apêndice C.



4.3. SINALIZAÇÃO LUMINOSA E ACÚSTICA DE EMERGÊNCIA

4.3.1. Sinalizador frontal principal do tipo barra em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteiriça, instalada no teto da cabine do veículo. Estrutura da barra em ABS reforçado com alumínio extrudado, ou alumínio extrudado na cor preta, cúpula injetada em policarbonato na cor cristal, resistente a impactos e descoloração, com tratamento UV, conforme descritivo:

4.3.1.1. Voltagem 12VCC;

4.3.1.2. Cúpula Cristal;

4.3.1.3. 07 Módulos Led 4x1 3W Rubi;

4.3.1.4. 07 Módulos Led 4x1 3W Azul

4.3.1.5. Dimensão: 43";

4.3.1.6. Tecnologia SMD microcontrolada;

4.3.1.7. Conjunto Sonofletor 100W RMS;

4.3.1.8. Amplificador 100W 12 vcc;

4.3.1.9. Controlador remoto ergonômico de 12 teclas e microfone embutido com PTT;

4.3.1.10. Potência sonora: 122dB;

4.3.2. Sinalizadores auxiliares do tipo linear

4.3.2.1. 2 pares composto por 2 sinalizadores de 6 leds na cor rubi e 2 sinalizadores de 6 leds na cor azul, instalado na grade dianteira do veículo, cada led deve ter potência mínima de 3W.

4.3.2.2. 1 par composto por 1 sinalizador de 6 leds na cor rubi e 1 sinalizador de 6 leds na cor azul, instalado na parte traseira (porta malas), cada led deve ter potência mínima de 3W.

4.3.3. Os comandos de toda a sinalização visual e acústica deverão estar localizados em painel único, na cabine do motorista, permitindo sua operação por ambos os ocupantes da cabine.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

4.4. ADAPTAÇÃO

- 4.4.1. **Para-choque:** de impulsão dianteiro e traseiro com proteção de faróis e lanternas, confeccionados em chapas e tubos de aço carbono, fixados nas furações originais do veículo, que tem como objetivo auxiliar em operações táticas e proteger partes do acabamento.
- 4.4.2. **Estribos laterais:** Formado por 2 peças construídas em perfil interno de aço extrudado, contendo estrutura antiderrapante na parte superior, que deverão ser instaladas sob as portas laterais do veículo, ocupando todo o espaço entre as caixas das rodas dianteiras e traseiras, com capacidade para suportar até 160Kg em cada uma das peças. Os estribos deverão projetar-se lateralmente, com o alinhamento das caixas de roda, definindo-se o tamanho na aprovação do protótipo, devendo ser na cor preta.
- 4.4.3. **Suporte para armamento:** a ser instalado no alinhamento central entre os bancos dianteiros e desses ao banco traseiro, sem impedir a utilização desse por 3 ocupantes, com capacidade para acomodar até 3 armas portáteis, do tipo metralhadora, carabina, espingarda ou fuzil, que serão definidas durante avaliação do protótipo;
- 4.4.4. **Compartimento de detido:** adaptado no compartimento de bagagens, composto por:
 - 4.4.4.1. **Divisória:** a ser instalada transversalmente atrás do banco traseiro, do piso ao teto, com a finalidade de isolar os ocupantes do compartimento traseiro dos demais ocupantes do veículo, sem, contudo, diminuir o campo de visão do motorista quando utilizar o espelho retrovisor; confeccionada em fibra ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno), ou similar, na parte inferior, e chapa de aço perfurada na parte superior com pintura eletrostática na cor do acabamento interno do veículo.
 - 4.4.4.2. **Revestimento:** em peça inteiriça, confeccionada em fibra ou ABS (acrilonitrila butadieno estireno), ou similar, a ser moldada e aplicada em toda a extensão da base do compartimento traseiro, prolongando-se nas laterais até o alinhamento dos vidros e integrando-se à parte inferior da divisória;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- 4.4.4.3. **Grades de proteção:** em chapa de aço perfurada protegendo todos os vidros (laterais e tampão) do compartimento traseiro.

4.5. REVESTIMENTO - CAPA DE BANCO

- 4.5.1. A ser aplicado sobre os bancos e encosto de cabeça originais de fábrica, confeccionado em courvin automotivo ou similar com reforço nas laterais do encosto, flexível e impermeável, que facilite a limpeza, dotado de pontos de resistência dos encostos e dos assentos, onde o armamento portado pelos GCMs mantém contato com o banco, cor preta ou conforme acabamento interno.

4.6. REVESTIMENTO - PISO

- 4.6.1. Confeccionado em PVC impermeável, de alta resistência não absorvente e lavável, cor preta, com espessura não inferior a 1,5mm, a ser fixado por meio de velcro sobre toda a extensão da formação original existente no assoalho do veículo, a fim de protegê-lo totalmente.

4.7. FAROL DE BUSCA EM LED

- 4.7.1. Silibim Tático 12V Foco Mão Policial, corpo em plástico ABS e lente em policarbonato. Potência de iluminação: lâmpada de 18.000.000 lumens, acionamento corrente 12V. Em LEDs com cabo de no mínimo 5m, com plug para utilizar na tomada 12V do veículo.

4.8. TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

- 4.8.1. Disposições técnicas:
- 4.8.1.1. Todos os materiais empregados deverão possuir padrão automotivo, respeitando as normas vigentes;
 - 4.8.1.2. Todos os chicotes, armações e fiações devem ser acondicionados e isolados a fim de evitar ferrugem e movimentos que possam resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos;
 - 4.8.1.3. Todos os encaixes dos dispositivos eletrônicos e peças fixas devem ser à prova de corrosão e de intempéries;
 - 4.8.1.4. Todas as aberturas que forem realizadas no veículo devem ser adequadamente calafetadas e todos os circuitos



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

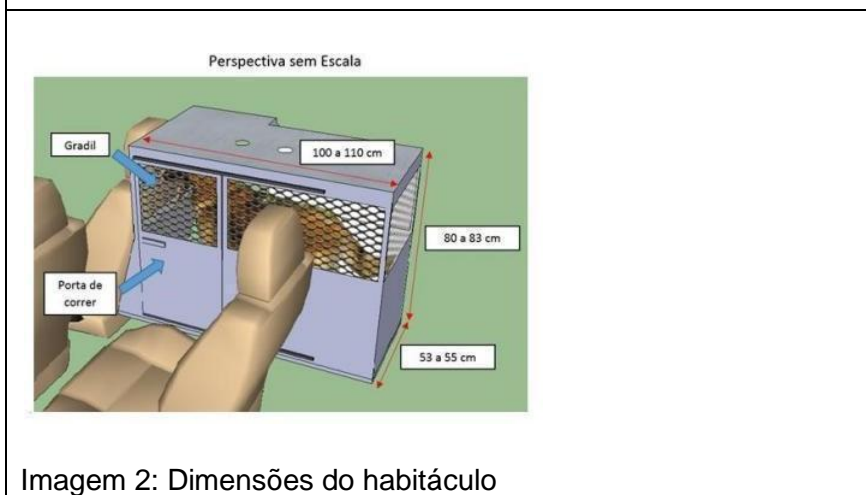
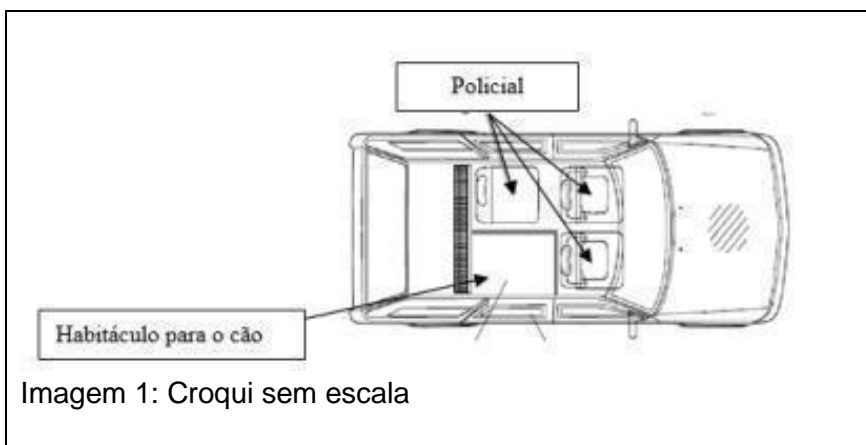
SEAD - Secretaria de Administração

elétricos devem ser protegidos por fusíveis de proteção à corrente e de fácil remoção e acesso para inspeção e manutenção;

- 4.8.1.5. Bateria auxiliar: com a mesma amperagem utilizada no veículo. Sistema de acoplamento com veículo ligado e desacoplamento com veículo desligado. Assim, com veículo desligado a bateria que deve ser consumida será exclusivamente a auxiliar preservando a original do veículo.

APÊNDICE B

ILUSTRAÇÕES DE ADAPTAÇÕES - VIATURAS CANIL





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração



Imagem 4: Adaptação para estabilização

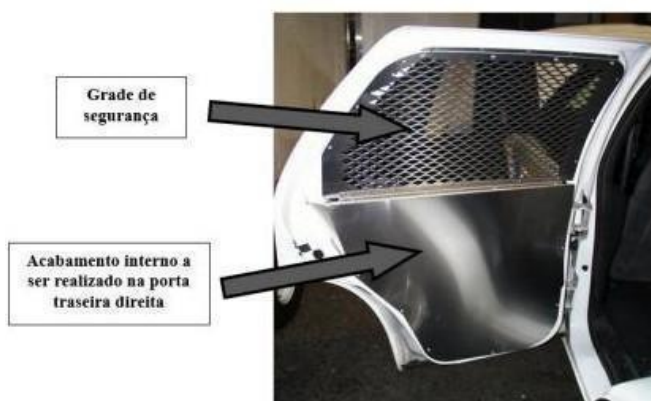


Imagem 5: Grade de segurança



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

APÊNDICE C

ILUSTRAÇÕES DE LAYOUTS

LAYOUT CANIL





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

CANIL



CANIL



www.praiagrande.sp.gov.br



CANIL



CANIL





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

LAYOUT ROMU





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

ROMU



www.praiagrande.sp.gov.br



ROMU



ROMU





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

LAYOUT COMANDO





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

ANEXO II – Planilha Proposta

RAZÃO SOCIAL:
ENDEREÇO COMPLETO:
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
TELEFONE:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE FORNECIMENTO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	QTD.	MARCA/ MODELO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Veículo SUV híbrido plug-in – GABINETE (cor preta, adaptações conforme TR).	unidade	Ampla concorrência	484735	2		R\$	R\$
2	Veículo SUV híbrido plug-in – CANIL (cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout, com habitáculo para cão).	unidade	Ampla concorrência	484735	2		R\$	R\$
3	Veículo SUV híbrido plug-in – ROMU (cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout, com adaptações operacionais).	unidade	Ampla concorrência	484735	4		R\$	R\$

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE FORNECIMENTO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	QTD.	MARCA/MODELO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
4	Veículo SUV híbrido plug-in – ROMU (cor branca ou azul, desde que respeitadas as especificações do layout, com adaptações operacionais).	unidade	Cota reservada ME/EPP	484735	1		R\$	R\$
5	Veículo SUV híbrido plug-in – COMANDO (cor branca, com adaptações).	unidade	Ampla concorrência	484735	1		R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO					10			R\$

- **Havendo divergência entre a descrição do objeto, especificações técnicas, unidade de medida e outras informações existente neste Edital e a constante no código CATMAT/CATSERV, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus Anexos.**
- **O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da sua apresentação, ficando suspenso em caso de recurso administrativo ou judicial.**

_____ aos _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante e Carimbo da Empresa



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 5.9 DO EDITAL (em papel timbrado da licitante)

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, por intermédio de seu representante da empresa legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, DECLARA que:

1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

(Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)

(ESTA DECLARAÇÃO SERÁ SOLICITADA PELO PREGOEIRO ATRAVÉS DO SISTEMA VIA CHAT)



ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/XXX, QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA
BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A XXX (NOME DA
EMPRESA)**

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presente **MAURICIO VIEIRA IZUMI**, titular da Secretaria de Assuntos de Segurança Pública, por atribuição conferida através do inciso XIII do artigo 28, neste ato representando esta Municipalidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 060/2026, publicada no de/202....., doravante simplesmente denominada **DETENTORA**, e a empresa **XXX**, CNPJ sob nº **XXX**, com sede na **XXX**, nº **XXX**, **XXX** - SP, CEP **XXX**, doravante designado CONTRATADO, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor **XXX**, RG nº **XXX**, CPF nº **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **XXX** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e, resolvem celebrar o presente Termo de Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS HÍBRIDOS PLUG-IN**, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº 060/2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Descrição (*)	Unidade	Quantidade*	Valor Unitário em R\$

(*) A descrição completa do(s) item(ns) encontra-se no Termo de Referência do edital.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Secretaria de Assuntos de Segurança Pública.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.



Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente.

5.1.2. Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a variação do índice IPCA/IBGE – Índice de Preços do Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente à época, observada a legislação federal em vigor.

5.1.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual ou autorização de fornecimento, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item **5.2** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, sendo vedada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital*;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



5.5. O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item Erro! Fonte de referência não encontrada. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);



6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.



7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item **5.7**.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **8.4.**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item **7.2** e no item **7.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. For liberado;

8.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.5. Não aceitar o preço reajustado pela Administração.

8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

8.2.1. pelo decurso do prazo de vigência;

8.2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

8.2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

8.2.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.



8.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *Termo de Referência*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item **8.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu,, digitei, assino e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 202X, ano da emancipação político administrativa.

MAURICIO VIEIRA IZUMI

Secretário Municipal de Assuntos de Segurança Pública

Representante legal do Contratado

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Processo Administrativo nº 22.407/2025



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>						
	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>
X							



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO - AQUISIÇÕES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº *XXX/XXX*, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A *XXX (NOME DO CONTRATADO)*

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presentes **MAURICIO VIEIRA IZUMI**, titular da Secretaria de Assuntos de Segurança Pública, por atribuição conferida através do inciso XIII do artigo 28, neste ato representando esta Municipalidade, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e a empresa ***XXX***, CNPJ sob nº ***XXX***, com sede na ***XXX***, nº ***XXX***, ***XXX*** - SP, CEP ***XXX***, doravante designado CONTRATADO, representada pelo Senhor ***XXX***, RG nº ***XXX***, CPF nº ***XXX***, tendo em vista o que consta no Processo nº ***XXX*** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7929/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do PREGÃO ELETRÔNICO n. .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS HÍBRIDOS PLUG-IN**, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item do TR	Descrição (*)	Unidade	Quantidade*	Valor Unitário em R\$

(*) A descrição completa do(s) item(ns) encontra-se no Termo de Referência do edital.

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A proposta do CONTRATADO; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (meses), a contar da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

3.1. Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, da entrega e do recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1. DO VALOR

5.1.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXX (por extenso)**.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. DO PAGAMENTO

5.2.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **XX/XX/XXXX (DD/MM/AAAA)**.



6.2. Após o interregno de 1 (um) ano, a CONTRATADA deverá pleitear o reajuste dos preços até o término da vigência contratual, sendo que os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, o índice **IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, vigente a época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado “pro-rata die”, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



7.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.7. Aplicar ao CONTRATADO sanção motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.8. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de ~~XXXXXX~~.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

8.1.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a



fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela gestão e fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.1.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

8.1.13.1. No caso específico da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (art. 429 da CLT)

8.1.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));



8.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:



11.2.1. **Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas Nos subitens "11.1.2. a 11.1.4." do item 10.1. deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "11.1.5 a 11.1.8." do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "11.1.2. a 11.1.4.", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (**trinta**) dias;

11.2.4.2.1. O atraso superior a **30 (trinta)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.3. Compensatória de **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE o CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

11.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

11.7.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.9. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O CONTRATANTE poderá nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Nº

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	DESPESA	CÓD. APLIC.	SECRETARIA
XXXX	XX	XXX	XXXX	XXX

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande/SP, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Contrato.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu, _____, digitei, assino _____ e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 202X, ano da emancipação político administrativa.

MAURICIO VIEIRA IZUMI

Secretário Municipal de Assuntos de Segurança Pública

Representante legal do CONTRATADO



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEAD - Secretaria de Administração

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Processo Administrativo nº 22.407/2025.

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração (ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) Memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) Orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) Previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) Comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) As plantas e projetos de engenharia e arquitetura. LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)

Verificação de assinatura

Código de verificação:

UMMBBX2T UXZZHJTW UVSOOYYV MNLRQ44S



Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site <https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto nº 8.025, de 23 de julho de 2024.

Lista de assinaturas: